

Um dos principais critérios para determinar a posição que uma pessoa ocuparia na sociedade colonial era a chamada *pureza de sangue*. O que definia alguém como puro ou impuro era a sua cor e a sua confissão religiosa. Nesse sentido, entre os que vieram para o Brasil e os que aqui já se encontravam por ocasião da ocupação portuguesa, só os brancos, católicos – e, de certa forma, munidos de alguma renda – foram considerados puros.

A eles foram concedidos benefícios econômicos: alguns receberam terras e incentivos fiscais para produzir artigos de interesse da Metrópole. Outros, o privilégio de atuar como comerciantes. Aos benefícios econômicos, somaram-se privilégios políticos: só os brancos, católicos e proprietários de terras poderiam participar como membros das Câmaras Municipais, exercendo os cargos de vereador ou juiz ordinário.

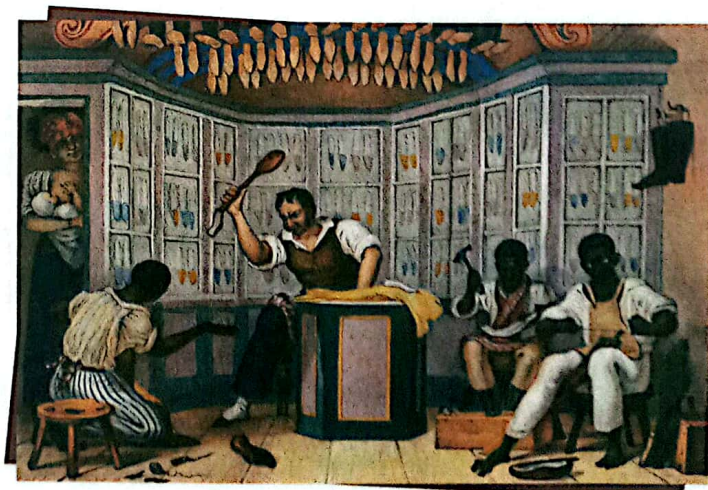
Negros, inclusive os libertos, indígenas, **mestiços** de todo o tipo e os chamados cristãos-novos eram considerados impuros. Eles compunham grande parte do contingente humano existente naqueles tempos no Brasil Colonial, mas não desfrutavam de direitos políticos (os indígenas ainda tinham a seu favor a proteção dos missionários jesuítas e leis reais que determinavam limites à sua escravização).

## GLOSSÁRIO

**Mestiços:** nessa época, eram três os principais tipos de mestiços no Brasil – os mamelucos (nascidos da união entre indígenas e brancos); mulatos (nascidos da união entre brancos e negros); e cafuzos (nascidos da união entre indígenas e negros).

Além dessa primeira divisão social, havia também, segundo o historiador Boris Fausto, outra linha demarcatória que dividia o Brasil Colonial em duas categorias de pessoas: os livres e os escravizados.

Entre os livres, havia os proprietários de terras, de escravizados e de engenhos; os grandes comerciantes, os altos funcionários públicos e os membros do clero. Eles constituíam a camada mais privilegiada da sociedade.



*Loja de Sapateiro*, aquarela do artista francês Jean-Baptiste Debret, que esteve no Brasil entre 1816 e 1831

DEBRET, Jean-Baptiste. *Loja de Sapateiro*. [ca.1820-1830]. 1 aquarela sobre papel. 16,7 cm x 23,1 cm. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

Mas havia também os que eram livres e pobres, brancos, indígenas, mestiços e negros libertos. A situação social deles era melhor se comparada a dos escravizados, porém, não desfrutavam de direitos políticos nem de privilégios sociais.

Alguns trabalhavam e viviam nos engenhos; outros, tais como os artesãos, os pequenos comerciantes, as parteiras e os soldados, trabalhavam e viviam nas cidades.

Ao contrário dos trabalhadores livres, os escravizados tinham um alto valor comercial, pois eram um “investimento” de retorno garantido: pagavam com trabalho, em poucos anos, o valor investido pelos senhores com sua compra e ainda constituíam preciosa moeda de troca.

A maior parte da mão de obra empregada nos latifúndios pelos produtores de açúcar foi a escrava e não a livre, apesar de existirem muitos trabalhadores assalariados nos engenhos e nas cidades. Você sabe dizer por quê?

Durante todo o período em que o Brasil foi Colônia de Portugal – entre os séculos XVI e XIX – existiu trabalho escravo aqui. Tanto indígenas quanto africanos foram empregados como mão de obra escravizada. A diferença é que a escravidão indígena predominou em certas regiões – como a Sudeste, por exemplo – até o final do século XVIII; enquanto a africana – inicialmente predominante no Nordeste – se expandiu para todas as regiões do Brasil e esteve vinculada a variadas atividades, desde o trabalho nas grandes plantações até as atividades urbanas.

## ●● A escravidão indígena

De uma maneira geral, a escravidão indígena foi empregada pelos colonizadores de origem europeia mediante duas táticas: o resgate, quando indígenas aprisionados por outra tribo eram libertados por fazendeiros portugueses e, em troca, deveria

pagar pelo resgate com 10 anos de serviços prestados ao seu “libertador” e o cativo; e a guerra justa.

Esta acontecia quando indígenas eram aprisionados por colonos de origem portuguesa após um confronto. Mediante a desculpa da **guerra justa** usada pelos colonos e até certo período permitida pela Coroa, os indígenas aprisionados tornavam-se escravizados dos co-

DEBRET, Jean-Baptiste. Índios atravessando um riacho. Século XIX. Óleo sobre tela. 80 cm x 112 cm. Museu de Arte, São Paulo.



No óleo sobre tela do artista francês Debret, a representação de uma ação de captura de populações indígenas

lonos por toda a vida. Na verdade, muitas dessas **guerras justas** eram provocadas pelos colonos justamente com a finalidade de fazer escravizados entre as populações indígenas e se apossar de suas terras.

A escravidão indígena, ainda que não tenha caracterizado a principal mão de obra colonial, passou por um período em que despertou maior interesse dos colonos, com o bandeirantismo.

Para entendê-lo, é preciso retornar ao ano de 1580 quando, após a morte do último rei da dinastia de Avis, D. Sebastião, o trono português ficou sem herdeiro. Mediante uma guerra, ele foi conquistado por um parente distante do rei falecido, o rei da Espanha Filipe II. Tinha início a União Ibérica, período em que Portugal e Espanha ficaram sob a governança do rei da Espanha (entre 1580 e 1640).

Nesse período, as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas perderam a razão de ser, uma vez que Portugal e Espanha agora formavam um só reino. Isso favoreceu um aumento da penetração para o interior do Brasil realizada por agrupamentos de homens que viviam em regiões sem expectativa de crescimento econômico, pois estavam fora do circuito das grandes regiões produtoras de açúcar.

Esse foi o caso do Sudeste do país. Foi dessa região que saíram expedições de desbravamento do interior objetivando encontrar e aprisionar indígenas para serem vendidos como escravizados e também metais preciosos para serem explorados.

## O bandeirismo e a interiorização

Durante a União Ibérica, uma companhia de comércio holandesa, chamada Companhia das Índias Ocidentais, financiou a invasão armada do território brasileiro, atingindo a então Capitania de Pernambuco em 1630 e lá permanecendo até 1654.

MERELLES, Victor. **Batalha de Guararapes**. 1879. 1 óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro.



Detalhe de pintura a óleo, representando a Batalha dos Guararapes, travada entre holandeses e portugueses em 1648, pela retomada de Pernambuco. Durante as guerras pela reconquista do território brasileiro, muitos escravos africanos aproveitaram para fugir, engrossando a população livre dos quilombos

Durante as guerras entre holandeses e portugueses pela disputa do território nordestino (ocorridas entre 1642, data da primeira insurreição pernambucana, e 1654, quando os holandeses foram definitivamente expulsos), muitos escravizados africanos aproveitaram para escapar, se embrenhando na mata e se juntando a outros africanos que haviam fugido da escravidão. Esse processo, associado a um boicote ao fornecimento de escravizados africanos ao Nordeste por parte de traficantes portugueses, com a intenção de prejudicar os negócios holandeses, intensificou a procura interna por escravizados indígenas.

Sertanistas que, até meados do século XVI, armavam expedições para apresamento e captura de indígenas como escravizados para uso em suas propriedades passaram, também, a capturá-los e vendê-los para outras regiões do Brasil, inclusive para o Nordeste. A essas expedições davam o nome de bandeiras, e seus componentes se autodenominavam bandeirantes.

Além das bandeiras, que eram expedições mantidas e organizadas por particulares, havia as entradas, expedições oficiais, financiadas pela Coroa portuguesa.

As bandeiras tornaram-se mais intensas a partir de meados do século XVII. Contando até mesmo com a presença de indígenas, se lançavam aos sertões lá permanecendo em acampamentos por meses e até anos. Partiam em busca de metais preciosos e indígenas para serem escravizados. Nos territórios que atualmente compõem os estados brasileiros de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a ocupação e a colonização de origem portuguesa se desenvolveu com as bandeiras, que também se dirigiam para ajuntamentos indígenas controlados por jesuítas espanhóis no sul do continente.

PARREIRAS, Antônio. **Os Invasores** (Detalhe). 1936. T. óleo sobre tela. 194,5 cm x 281 cm. Museu Antônio Parreiras, Niterói, Rio de Janeiro.



Pintura representando a captura de indígenas realizada por bandeirantes. Entre os indígenas aprisionados durante as bandeiras, muitos eram mulheres e crianças

## •• A resistência indígena à escravidão

A escravidão não foi aceita passivamente, nem por indígenas, nem por africanos. Vários documentos do Período Colonial atestam isso. Entre os indígenas, essa resis-

tência se manifestava por meio de confrontos com os colonos, fugas e atitudes de insubmissão, conforme relata o documento a seguir, citado pela historiadora Márcia Eliane Mello Souza.

## TEXTO E CONTEXTO

Como exemplo, temos o caso da índia Antônia, trazida contra a sua vontade dos “sertões” do Rio Amazonas por Diogo Freire, que, depois a vendeu para Antônio Vieira, da Vila de Tapuitapera, no Maranhão, em cujo poder se conservou a índia “sem repugnância pelo bom tratamento que ele lhe dava”. Ao ser vendida a outro morador, que a maltratava, Antônia decidiu buscar sua liberdade enviando uma **petição** à Junta das Missões do Maranhão. Na reunião de junho de 1739, ela foi considerada “**forra** e livre de **cativeiro**”, já que Diogo Freire não apresentou um título **legítimo** de escravidão.

Fonte: MELO, Márcia Eliane A. Souza e. A Reconquista da liberdade. In: FIGUEIREDO, Luciano. **A era da escravidão**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. Revista de História no Bolso, n. 3, p. 29-30.

1. Procure o significado das palavras destacadas no texto.

Petição

---

Forro

---

Cativeiro

---

Legítimo

---

2. Outra prova da resistência são as inúmeras guerras travadas entre grupos indígenas e sertanistas que tentavam submetê-los e escravizá-los. Entre essas guerras, estão as Guerras Guaraníticas, ocorridas em meados do século XVIII.

Pesquise sobre esse acontecimento e produza um texto dissertativo, comentando os seguintes pontos:

- a) o que foram as Guerras Guaraníticas;
- b) onde e quando ocorreram;
- c) quais os principais fatores que as ocasionaram;
- d) quais os grupos e interesses envolvidos;

e) como terminaram e suas consequências para os envolvidos;

---

---

---

---

---

---

3. No passado, casos como o da indígena Antônia eram frequentes e caracterizavam formas de resistência a uma situação de opressão. Atualmente, mesmo sem a escravidão, ainda há formas de opressão contra os indígenas. Troque ideias com outras pessoas e pesquise a respeito: Quais as formas atuais de opressão praticada contra os indígenas?

---

---

---

4. Quais estratégias os indígenas de hoje utilizam para resistir às formas atuais de opressão?

---

---

---

---

## •• A escravidão africana

Entre os séculos XVI e XVIII, a Coroa portuguesa aprovou várias leis coibindo a escravização indígena. O mesmo não ocorreu com a africana. Alguns religiosos – no Brasil e em colônias portuguesas da África – mantinham, em suas propriedades, escravizados africanos ou aceitavam que esse tipo de instituição existisse em suas paróquias, não vendo nisso nenhuma forma de violência. Houve os que viam na escravização a que foram submetidos os negros no Brasil uma “oportunidade” de os africanos pagãos serem batizados e, assim, salvos – era hábito os senhores mandarem batizar os escravizados que adquiriam.

A mão de obra escrava indígena foi utilizada durante muito tempo no Brasil Colonial, mas não foi a que predominou na empresa canavieira, entre outras coisas, pelos fatores apontados a seguir:

➔ Logo nos primeiros anos de colonização, milhares de indígenas foram dizimados pelas doenças trazidas pelos portugueses: entre 1562 e 1563, por exemplo, mais de 60 mil indígenas morreram vítimas de epidemias como sarampo, varíola e gripe. Como boa parte da produção de artigos de subsistência nessa época era produzida por aldeias e missões indígenas, uma grande fome se alastrou por toda a Colônia.

➔ Traficantes portugueses já exploravam e lucravam com a venda de escravizados das colônias portuguesas na África desde meados do século XV. Vender escravizados africanos para os senhores de engenho no Brasil era mais uma fonte de lucro para a Metrópole e para os traficantes a ela associados.

➔ Os jesuítas que chegaram ao Brasil (ordem religiosa fundada em 1534 por Ignácio de Loyola) representavam sério empecilho à escravização indígena, pois reclamavam para si o direito de catequizar e civilizar os indígenas nas missões criadas nas proximidades das aldeias. O governo português, devido à sua forte aliança com a Igreja Católica, não queria se indispor com os jesuítas.

➔ Havia dificuldade em escravizar determinadas tribos indígenas devido ao fato de conhecerem melhor as terras do Brasil do que os colonos, podendo os escravizados indígenas emaranhar-se pelo mato por caminhos que os brancos desconheciam; já os africanos, apartados de suas aldeias e separados de seus locais de origem, teriam mais dificuldade em voltar para suas terras.

Por esses e outros fatores, a escravidão africana predominou no Brasil. No final do século XVII, o número de africanos trazidos para o Brasil já ultrapassava a cifra de um milhão. Entre o século XVI, quando começou o tráfico de africanos, e 1850, quando este foi proibido, historiadores estimam que mais de quatro milhões de africanos tenham sido trazidos para o Brasil.

Não apenas nos engenhos de cana-de-açúcar, mas em praticamente todas as atividades braçais realizadas nos engenhos, nas casas dos senhores e nas nascentes cidades, observa-se a presença da mão de obra escrava africana.

## •• A resistência africana à escravidão

Além das duras jornadas de trabalho, do fato de não receberem nada pelo serviço prestado e da violação da sua liberdade, os escravizados africanos eram tirados de sua terra natal com violência e maus-tratos, separados de suas famílias, vendidos como mercadoria e, muitas vezes, tratados como animais. Castigos físicos, repressões violentas, alimentação insuficiente e péssimas condições de existência completavam o quadro.

Mas isso não significa que a escravidão foi aceita sem resistência: fugas antes de embarcar nos navios negreiros e depois da chegada às fazendas, suicídios e revoltas eram apenas algumas das formas da resistência negra à escravidão, que incluía ainda fugas maciças para as matas e montanhas, que viram nascer comunidades livres e autossuficientes formadas por africanos e chamadas **quilombos**.

### PARA SABER MAIS!

Durante as guerras entre holandeses e portugueses, ocorreram muitas fugas de escravizados africanos para as matas e as regiões montanhosas, afastadas dos engenhos. Esses grupos organizaram comunidades chamadas mocambos ou quilombos. Na Capitania de Pernambuco, o maior quilombo era o de Palmares, cuja população cresceu bastante durante as guerras contra a presença holandesa.

Segundo historiadores, os primeiros quilombos surgiram ainda no final do século XVI, no Nordeste. Nos séculos seguintes, cresceram em número e se expandiram para outras regiões brasileiras tornando-se verdadeiros centros de resistência.

[...] Os quilombos/mocambos, definidos como agrupamentos de dois a três fugitivos (que podiam alcançar milhares), possuíam organização social e tinham como principal característica e atividade socioeconômica de seus habitantes a gestão de uma economia camponesa articulada com o restante da sociedade. Eles produziam alimentos – como farinha de mandioca – ou mesmo, outros produtos como mel, lenha, drogas do sertão e gado que complementavam a economia. Muitos dos habitantes dos quilombos (reconhecidos como camponeses) além de cultivar suas próprias terras, colocavam seus





2. Explique em que contexto e época surgiram os mocambos ou quilombos.

---

---

---

---

3. Quais as principais atividades produtivas e econômicas desenvolvidas pelos quilombolas?

---

---

---

---

4. Explique a expressão: "Quilombolas – não só africanos, mas também crioulos e os nascidos na floresta – reinventaram uma África no Brasil", comentando sobre os rituais religiosos dos quilombolas.

---

---

---

---

### PARA SABER MAIS!

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, instituiu o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa mesma lei tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas do nosso país. Foi graças às lutas e às reivindicações do movimento negro que essa lei foi aprovada.



PARRERIAS, Antônio Diogo da Silva. **Zumbi**. Óleo sobre tela, color, 113 cm x 86 cm. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Museu Antônio Parrerias, Niterói.

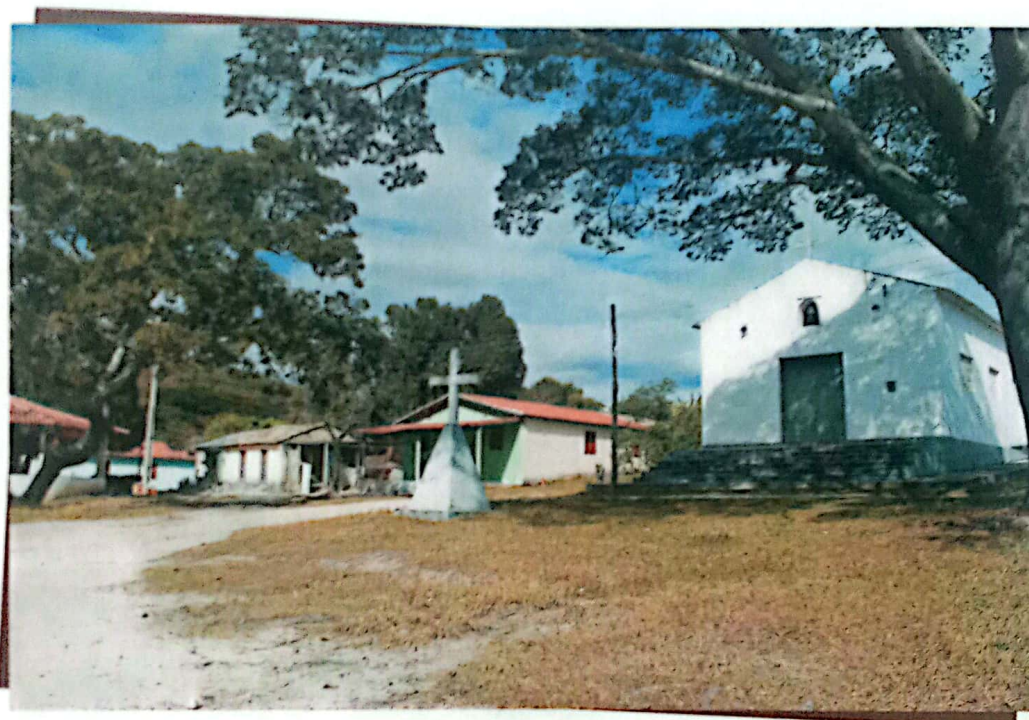
Zumbi, líder da resistência negra no passado, inspiração para as lutas e conquistas dos afrodescendentes no presente

Mas você sabe por que o dia 20 de novembro é considerado o Dia da Consciência Negra? Porque foi nesta data, no ano de 1695, que o líder negro do Quilombo dos Palmares, Zumbi, foi morto em uma emboscada em Pernambuco.

Zumbi representa um dos símbolos da resistência africana à escravidão no Brasil, por isso, a data da sua morte é considerada um marco na luta dos afrodescendentes por seus direitos.

### PARA PESQUISA

A foto a seguir mostra uma comunidade atual, formada por descendentes de quilombolas que ainda existem em muitas regiões do país.



Pulsar Imagens/Cesar Diniz

Comunidade quilombola do Bananal, formada por descendentes de ex-escravizados. Rio das Contas – BA, 2012

1. Procure saber quantas dessas comunidades existem atualmente, as condições de sobrevivência dos seus moradores e as ações do Governo Federal em relação a elas.

---

---

---

---

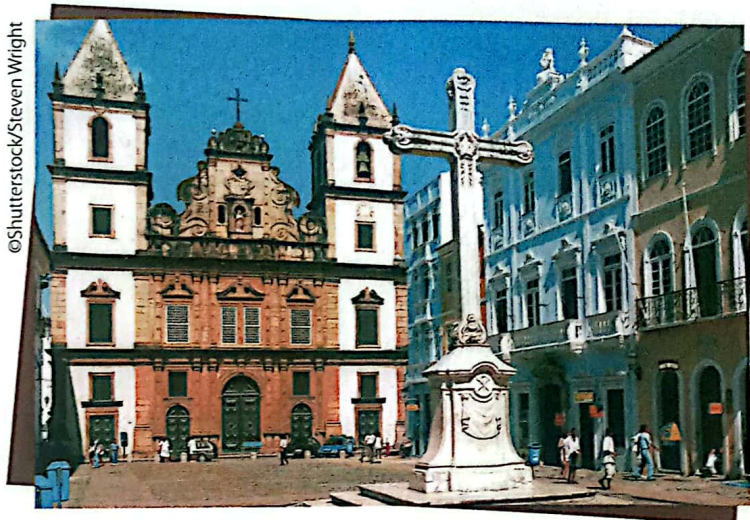
---

---

## •• A vida em uma cidade colonial

Você visita com frequência os espaços culturais da sua cidade? Conhece museus, bibliotecas e galerias? Sabia que, em muitos desses lugares, a entrada é gratuita? Que tal organizar uma visita a um desses lugares? Com certeza, se você adquirir o hábito de frequentá-los, descobrirá que essa é uma experiência muito interessante.

©Shutterstock/Steven Wright



Centro histórico de Salvador, na atualidade. Um passeio pelo centro histórico, com visitas a museus e bibliotecas pode se constituir numa grande aventura rumo ao passado

### Aspectos do cotidiano e da paisagem

Você imagina como era viver em uma cidade ou uma vila colonial há duzentos, trezentos anos? Como eram as ruas, as casas, o comércio, os meios de transporte? Que pessoas circulavam pela cidade? Como as pessoas se vestiam?

Inicialmente, a fundação de cidades funcionava como parte da estratégia portuguesa de ocupação e colonização do território brasileiro. Com o passar do tempo, a própria dinâmica colonial, ainda que centrada na zona rural e direcionada ao *plantation*, transformou o cenário urbano que, de centro de administração política e religiosa, passou a ser também entreposto comercial entre os artigos que vinham do reino e os artigos que vinham das fazendas.

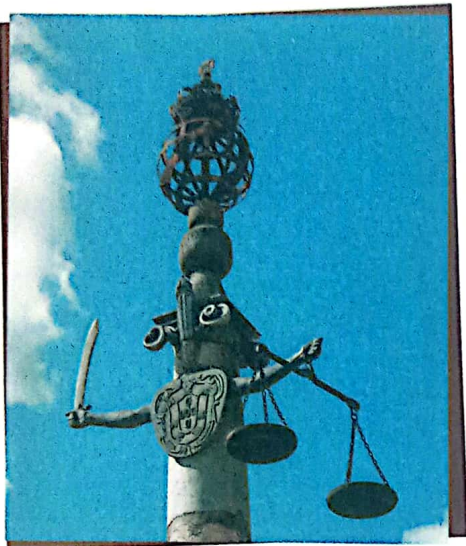
Pulsar Imagens/Maurício Simonetti



Paraty, no estado do Rio de Janeiro, fundada em 1667, é um exemplo de cidade com arquitetura colonial

Outro fator que impulsionou o nascimento e o crescimento de cidades, sobretudo na região Sudeste, foi a descoberta e a exploração de jazidas de ouro e metais preciosos, conforme será visto mais adiante.

A intensidade do comércio e a circulação de pessoas fez com que as cidades coloniais crescessem para além de qualquer planejamento, contudo, alguns elementos eram comuns à maioria das cidades de



Pelourinho do século XVIII na praça de uma cidade histórica de Minas Gerais, na atualidade. O Pelourinho era uma das marcas da presença da administração portuguesa: o local seria para a execução das penas atribuídas a criminosos locais. Mariana - MG, 2011

Inicialmente, poucas ruas eram calçadas e iluminadas com lâmpões à base de óleo de baleia. A circulação de pessoas e animais de tração era intensa, mas a higiene era precária: sem uma rede de esgotos, os dejetos eram transportados em tonéis e lançados nas ruas por escravizados domésticos. Devido a essas condições, as doenças transmissíveis eram frequentes.

Até o final do século XVIII, as pessoas mais abastadas eram transportadas em liteiras, redes ou cadeirinhas por seus escravizados. Veículos a rodas, como coches e berlindas, só apareceram no fim do século XVIII, e, mesmo assim, restritos a altos funcionários do governo e proprietários muito ricos, pois eram muito caros.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Rio de Janeiro**, 1817-1818. 1 aquarela sobre papel, 11,9 cm x 18,2 cm. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.



Na aquarela do início do século XIX, de Debret, liteiras e carruagens dividem as ruas no Rio de Janeiro

A população comum andava a pé ou, em alguns casos, a cavalo. Dificilmente se viam mulheres brancas nas ruas, pois viviam sob a vigilância dos senhores. Nas raras vezes em que circulavam pelos centros urbanos, o destino era a igreja, por isso, quase sempre usavam véus. Escravizados domésticos e de ganho, que trabalhavam no comércio, circulavam pelo cenário urbano, assim como comerciantes, artesãos e funcionários públicos.

A maioria da população morava nas regiões rurais, mas ia com frequência à vila especialmente por motivos religiosos: festas em homenagem ao padroeiro, batizados, enterros e casamentos. A vida urbana circulava em torno do comércio, da religião e da política, portanto.

### TEXTO E VIVÊNCIA

1. Sua cidade tem um centro histórico? Como ele é? Descreva como é o calçamento, a iluminação, os prédios públicos e as residências.

---

---

---

---

---

---

---

2. Você percebe semelhanças entre o centro histórico de sua cidade e o aspecto das cidades coloniais, descrito no texto? Quais? Que diferenças você percebe entre o centro histórico e o restante da cidade? Como você explica essas diferenças?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

# A EXPLORAÇÃO DO OURO: CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL E PARA PORTUGAL

capítulo

14

Como você pôde perceber até aqui, a história da formação do território brasileiro não é apenas a história de acordos e convenções políticas. É também a história dos deslocamentos das populações: da África para o Brasil, de Portugal para o litoral, dos indígenas e bandeirantes para o interior do Brasil, dos escravizados africanos fugitivos para os quilombos, dos criadores de gado do litoral que se expandiram para outras regiões do Nordeste, seguindo o curso do Rio São Francisco.

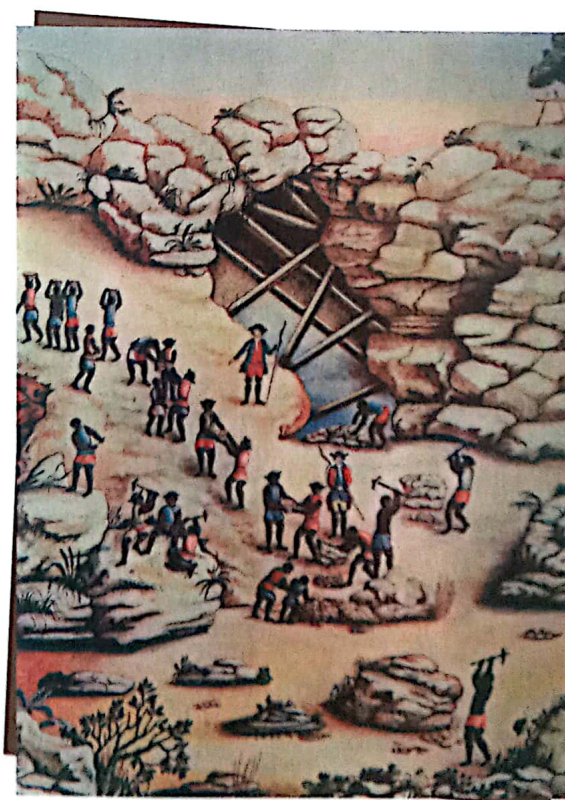
Esse processo, que se intensificou ao longo dos séculos XVII e XVIII, ajudou a instituir outra configuração para o território brasileiro. Arraiais deram origem a vilas e cidades, cuja economia e sociabilidade se desenvolveram de forma diferenciada do *plantation*, que predominou no Nordeste.

Foi dessa sociedade diferenciada que emergiram grandes fluxos de riqueza sob a forma de ouro, mas foi nela também que eclodiram alguns dos primeiros movimentos de reação à dominação portuguesa e em defesa da autonomia e da independência regional.

## •• A descoberta do ouro e a formação das Minas Gerais

Foi somente a partir de 1695 que a atividade aurífera (já praticada na Colônia desde o século XVI) se tornou mais intensa, com a descoberta de quantidades significativas de ouro nas regiões próximas às atuais cidades de Sabará e Caeté. A exploração do ouro se tornou uma das principais atividades coloniais, obrigando Portugal a criar um órgão oficial para fiscalizá-la: a Intendência das Minas, em 1702.

Entre as funções designadas pela Coroa, ao intendente cabia a cobrança do quinto, ou seja, a arrecadação da quinta parte ou 20% de todo ouro extraído. Como esse imposto era subtraído do ouro em pó, favorecia o contrabando e o desvio do ouro a ser pago (ações



JULIÃO, Carlos. **Extração de diamantes**. 1 desenho Aquarelado. [ca. 1770].  
Acervo da Biblioteca Nacional.

Aquarela do final do século XVIII, de autoria de Carlos Julião, traz o olhar do artista sobre a extração de diamantes em Minas Gerais

que o intendente também deveria coibir). Por esse motivo, a partir de 1720, a Coroa determinou a criação de Casas de Fundição, aonde as pepitas de ouro deveriam ser levadas para serem derretidas e a parte que cabia a Portugal ser extraída.



O intendente também era o responsável pela fiscalização das demais atividades exercidas nas lavras (terras de onde se extraíam ouro e metais preciosos). As lavras eram repartidas em lotes – terrenos auríferos – chamados datas, que eram distribuídas de acordo com o número de escravizados que os mineradores possuíam. Quanto maior o número de escravizados, maior o tamanho da data – lote – a que o minerador tinha direito.

Além das lavras havia as faisqueiras, lotes bem menores em que a extração de ouro era exercida por um único garimpeiro ou pelo garimpeiro e poucos escravos. Nelas, a mineração era desenvolvida no leito dos rios.

Para melhor administrar os povoados que iam surgindo, a Coroa desenvolveu um aparato burocrático contratando uma série de funcionários com diferentes funções (justiça, defesa, administração, arrecadação, entre outros) para conduzir a riqueza gerada e a sociedade que se desenvolvia em Minas Gerais. Sendo assim, elevou alguns importantes arraiais de mineradores à condição de vilas e cidades – São João Del Rei, São José Del Rei (atual cidade de Tiradentes), Mariana, Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto) e instituiu tributos como a capitação.

A capitação consistia na cobrança de um imposto específico por cabeça de escravizado possuído por cada faiscador ou minerador. No caso de mineradores sem escravizados, o tributo era cobrado sobre sua própria pessoa. A capitação também era um imposto cobrado sobre a atividade exercida por estabelecimentos comer-



ciais, tais como pousadas, matadouros, oficinas, armazéns, entre outros. Ao lado do quinto, a capitação foi uma forma de a Coroa portuguesa obter o máximo de lucro com o auge da exploração aurífera no Brasil.

### Conflitos ocorridos durante o período da mineração

Pessoas de diversos lugares, especialmente da Bahia e de Portugal, e de diferentes condições sociais, passaram a tentar a sorte na região das Minas, mas os paulistas, que haviam sido os primeiros a encontrar ouro na região, exigiam para si o controle do território. Seu líder era o bandeirante Manuel da Borba Gato. Eles dominavam não apenas a atividade de extração de ouro como também o fornecimento de produtos alimentícios para os arraiais que surgiam.

SILVA, Oscar Pereira da. *A Estrada Real nos tempos da colônia*  
Bandeirantes a caminho de Minas 1920. Museu Paulista USP.



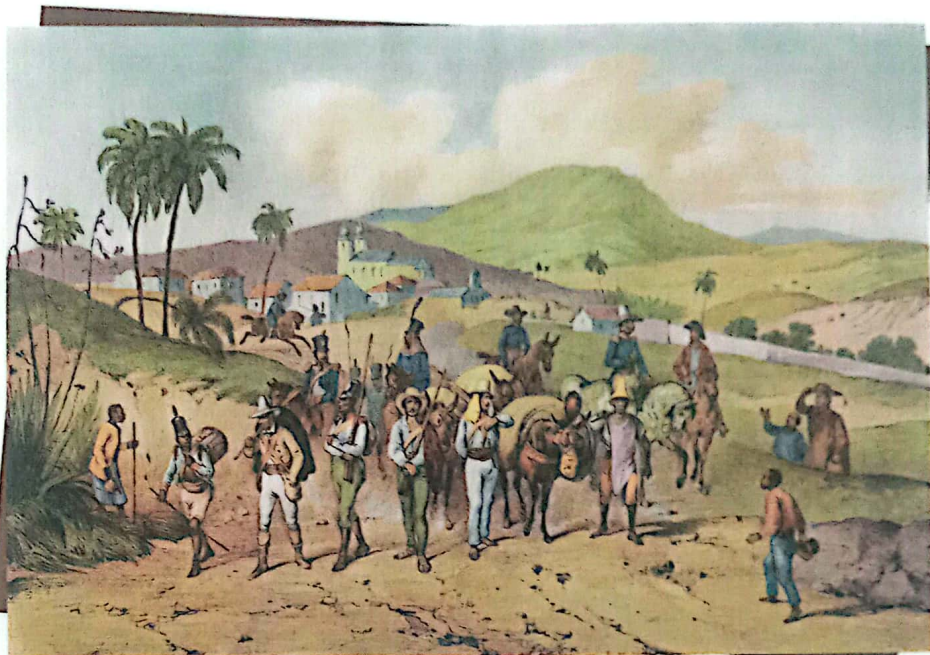
A Estrada Real era formada por vários caminhos e rotas usados para transportar mercadorias na Colônia.  
Na obra de Oscar Silva, o caminho retratado leva para Minas Gerais

A chegada de um número expressivo de forasteiros na região (chamados de emboabas pelos paulistas) representava uma ameaça à hegemonia paulista no local. O número de emboabas, em pouco tempo, tornou-se superior ao número de paulistas; eles até organizaram um governo próprio em torno da figura do português Manuel Nunes Viana.

Entre 1707 e 1709, paulistas e emboabas envolveram-se numa série de conflitos armados pela disputa do poder nas Minas Gerais, em um episódio que ficou conhecido como Guerra dos Emboabas. Para tentar pôr um fim ao conflito, a Coroa portuguesa dividiu os territórios: criou a Capitania de São Paulo, separada da do Rio de Janeiro, e criou também a Capitania das Minas Gerais.

Muitos paulistas, expulsos da região das Minas, continuaram a explorar o interior do Brasil em busca de ouro. Dessa forma, desenvolveram-se atividades mineradoras e comerciais nas regiões que atualmente correspondem aos estados de Goiás e Mato Grosso.

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1998.



Os tropeiros são personagens importantes no desenvolvimento sócio-econômico brasileiro favorecendo as trocas comerciais a partir do século XVII

## PENSAR E PRODUZIR

Nesse período, outros conflitos aconteceram no Brasil. O controle da Coroa e as mudanças econômicas ocorridas no período foram fatores que favoreceram tais conflitos.

1. Você sabe o que é um mascate? Pesquise a definição de mascate e as informações sobre o conflito que leva esse nome: a **Guerra dos Mascates**.

---

---

---

---

---

---

---

---

PARREIRAS, António. O julgamento de Filipe dos Santos. 1923. Pintura a óleo.



A criação das casas de fundição provocou uma revolta em Vila Rica, atual Ouro Preto. Essa revolta ocorreu em 1720 e foi liderada por Filipe dos Santos.

Pesquise mais informações sobre esse movimento e sobre a atuação da Coroa portuguesa com relação aos revoltosos. Registre seu texto nas linhas a seguir.

---

---

---

---

---

---

## •• O ouro: dinamização econômica e diversificação social

Desde fins do século XVII, quando foram encontradas as primeiras quantidades significativas de ouro no Brasil, a exploração desse metal tornou-se o centro das atenções portuguesas na então Colônia. E não é para menos: só entre 1740 e 1760, fase de maior prosperidade, foram explorados, oficialmente, 292 mil quilos de ouro no Brasil ou 14 mil quilos por ano (sem contar o montante que era explorado de forma clandestina, ou seja, contrabandeado).

Diferentemente da atividade açucareira, o beneficiamento e a pesagem do ouro eram feitos nas cidades. Sua movimentação estimulou o desenvolvimento do comércio, do artesanato e das artes liberais, pondo em circulação riquezas, pessoas e ideias na região das Gerais.

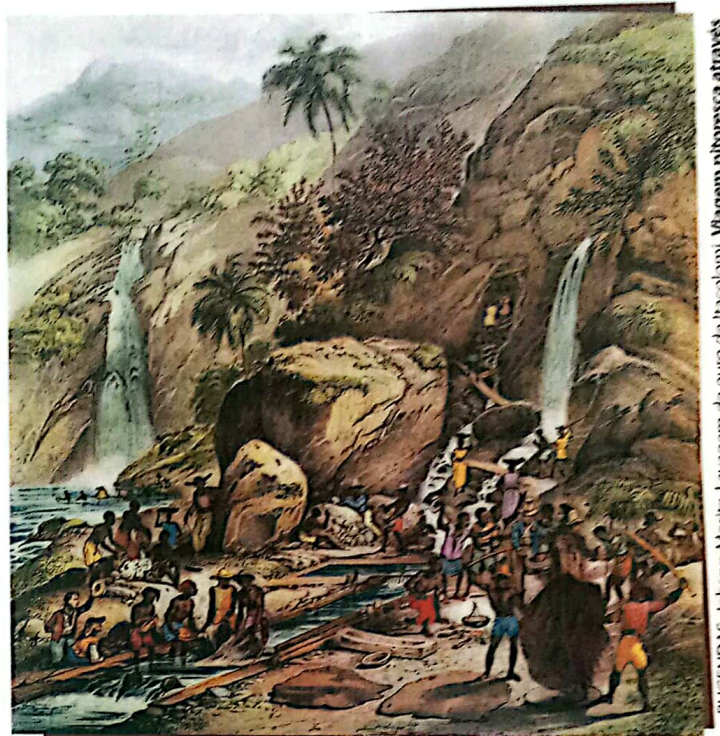
A exploração aurífera estimulou também uma maior diversificação social: o número de cativos africanos trazidos para o Brasil subiu entre 1720 e 1750, apesar da decadência do açúcar brasileiro, que concorria com o que era produzido pelos holandeses nas Antilhas nesse período.

Isso explica a esmagadora presença de negros e mulatos nas minas, que correspondiam a 78% da população total, contra apenas 22% de brancos. Em 1786, quando a exploração aurífera começava a dar os primeiros sinais de declínio, Minas passou a contar com um significativo número de negros alforriados, pois muitos proprietários, arruinados, tiveram de alforriar seus escravizados por não ter como mantê-los.

Além de Minas Gerais, outras regiões do Brasil experimentaram um razoável crescimento econômico ao longo do século XVIII. No Nordeste, as capitanias produtoras de açúcar, após um período de crise – por causa da concorrência do açúcar produzido pelos holandeses nas Antilhas – voltaram a se destacar no cenário internacional em fins do século XVIII.

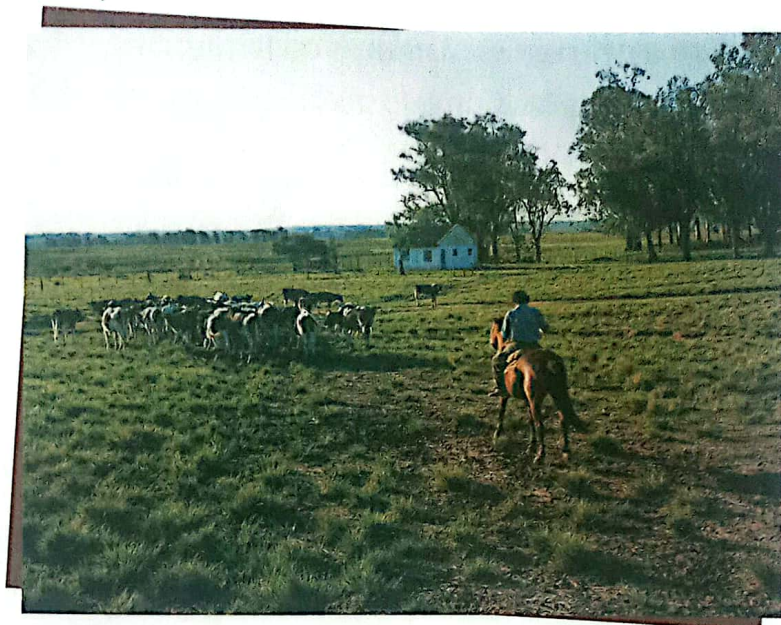
No Maranhão, a Coroa estimulou o cultivo de algodão, que passou a ser muito procurado pelos ingleses, devido ao crescimento da indústria têxtil em seu país. Pelo Pacto Colonial, Portugal comprava o algodão do Brasil e o revendia para a Inglaterra.

No Sul, conflitos e acordos com os espanhóis haviam garantido a posse portuguesa da maior parte do território que corresponde, atualmente, ao Rio Grande do Sul. Lá, a principal atividade econômica era a criação de gado, realizada, sobretudo, na região dos Pampas – dotada de vastas pastagens naturais. Boa parte da produção tinha destino certo: as feiras de Sorocaba, em São Paulo.



Desenho de Rugendas que representa o processo de lavagem do ouro na montanha de Itacolomi, em Minas Gerais. Apesar de o desenho datar do século XIX, apresenta algumas permanências do processo artesanal de lavagem e pesagem do ouro, comum no século anterior

Ainda no Sul, no território conhecido como Campos Gerais, no atual estado do Paraná, se desenvolviam novos núcleos populacionais, por onde passavam os condutores de gado – os tropeiros – com destino a Sorocaba: cidades como Lapa, Piraí do Sul, Ponta Grossa e Castro, surgidas entre os séculos XVIII e XIX no Paraná, se desenvolveram por meio de atividades ligadas ao tropeirismo.



Pulsar Imagens/Delfim Martins

Condutores de bois na região dos Pampas, no Rio Grande do Sul. Ainda hoje, a criação de gado é uma das principais atividades econômicas do estado.

## PENSAR E PRODUZIR

1. Explique qual a relação entre a extração de ouro em Minas Gerais, o tropeirismo e a criação de gado no Sul do Brasil.

---

---

---

---

---

---

---

2. Quais as medidas tomadas pela Metrópole para melhor administrar e fiscalizar a atividade mineradora no Brasil Colonial, mencionadas no texto?

---

---

---

---

---

---

---

3. Numa das regiões mais ricas do Brasil, houve falta de alimentos, fome e inflação nos primeiros tempos. Como explicar esse fenômeno?

---

---

---

---

---

---

---

---

## •• A importância do ouro brasileiro para Portugal

Como você viu, Portugal lançou mão de diversos recursos para controlar a produção aurífera no Brasil. Para entender por que tal atitude foi tomada, é preciso lembrar que, desde o final do século XVII, a Coroa portuguesa vinha enfrentando sérias dificuldades para manter a posse de suas colônias e livrá-las das ambições holandesas e espanholas. Uma estratégia foi fazer alianças políticas e comerciais com a Inglaterra.

Essas alianças se caracterizavam, sobretudo, por acordos comerciais como o Tratado de Methuen, de 1703: Portugal permitia a livre entrada de tecidos ingleses de lã e algodão em seu território, e a Inglaterra, por sua vez, reduzia os impostos sobre vinhos portugueses. O Tratado de Methuen, na prática, favoreceu mais à Inglaterra do que a Portugal.

No início do século XVIII, o país tinha ainda uma economia baseada no setor primário (agricultura e extrativismo, especialmente), fortemente amparada na produção de vinho e na exploração dos produtos de suas colônias, especialmente, do Brasil.

Já em meados do século XVIII, a Inglaterra produzia tecidos em larga escala, que eram exportados para suas colônias e, então, também para Portugal. Com a **Revolução Industrial**, essa produção se tornou ainda maior e a busca por mercados, fora do país e do continente, uma necessidade urgente.

Pelo Pacto Colonial, o Brasil só poderia comprar **manufaturas** portuguesas. Os artigos manufaturados que Portugal se comprometeu a comprar da Inglaterra acabaram, em grande parte, vindo parar no Brasil.

## GLOSSÁRIO

**Revolução Industrial:** processo que teve origem na Inglaterra do século XVIII e foi caracterizado, entre outras coisas, pelo emprego de máquinas na produção de bens materiais em larga escala.

**Manufaturas:** processo de produção de bens em que o trabalho manual é dividido em várias etapas e executado por vários trabalhadores diferentes, cada um é responsável por uma única etapa do processo.

Portugal se transformava, assim, numa espécie de agenciador dos negócios ingleses no Brasil, um atravessador entre o capitalismo inglês em ascensão e o Brasil, um país ainda eminentemente agrário.

Os metais brasileiros trouxeram enriquecimento para a Coroa portuguesa, que utilizou parte dele para cumprir os acordos comerciais com a Inglaterra. Não é exagero dizer que boa parte do ouro brasileiro, obtida diretamente de Portugal ou indiretamente, por contrabando, foi parar nos cofres britânicos, representando parte do capital que movimentou a Revolução Industrial, em seus primeiros tempos.

## As reformas de Pombal e o reinado de D. Maria

Para piorar a situação de Portugal, a cidade de Lisboa foi atingida por um violento terremoto, em 1755. Tanto no projeto de reconstrução de Lisboa quanto na reestruturação econômica do reino, o então rei, D. José I, contou com o auxílio do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal.

A sua atuação junto à Coroa portuguesa representou, por um lado, a tentativa de pôr em prática alguns conceitos advindos do **Iluminismo** e, por outro, otimizar as formas de exploração de Portugal sobre suas colônias.



Pintura retratando o Marquês de Pombal, adepto do Iluminismo

LOO, Louis-Michel van. VERNET, Claude Joseph. **Marquês de Pombal**. 1766. Museu da Cidade, Lisboa. (Detalhe)

## GLOSSÁRIO

**Iluminismo:** movimento filosófico, científico e intelectual europeu, que teve suas origens no século XVII e atingiu seu apogeu no século XVIII. Afirmava a superioridade da razão como condutora do conhecimento e como princípio de reforma social, cultural e política. Defendia os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. Criticava principalmente o poder do Estado absolutista e do clero.

Dentre as principais medidas tomadas por Pombal, destacam-se:

- A criação de Companhias de Comércio nas regiões que correspondem atualmente ao Norte e ao Nordeste do Brasil, para estimular o desenvolvimento econômico nessas regiões.
- A substituição da capitação pela exigência da cobrança do equivalente a cem arrobas anuais de ouro. Quando o montante exigido não atingia o estipulado, o saldo era cobrado de toda a população, sob a força das armas, com a arrecadação de bens compatíveis aos valores exigidos. Era a derrama.
- A determinação para que a Coroa assumisse o controle da exploração de diamantes no Brasil a partir de 1771.
- O decreto, em 1759, da expulsão dos jesuítas do Brasil, de Portugal e dos demais domínios da Coroa e a proibição, desde 1757, da escravidão indígena.
- O incentivo ao desenvolvimento de manufaturas no Brasil.

Com a morte de D. José I, em 1777, o poder de Pombal junto à Corte portuguesa diminuiu. Sob o reinado de D. Maria I, viúva do rei falecido, ele foi demitido. Começava uma fase turbulenta da história de Portugal, e um momento decisivo para a história do Brasil.

Com o reinado de D. Maria I, houve uma mudança radical na forma de administração portuguesa de suas colônias. A produtividade das minas de ouro e diamantes começou a declinar a partir de 1750 e a população mineira diminuiu drasticamente; Ouro Preto (antiga Vila Rica) que chegou a ter 20 mil habitantes em 1740, tinha pouco mais que 7 mil em 1804.

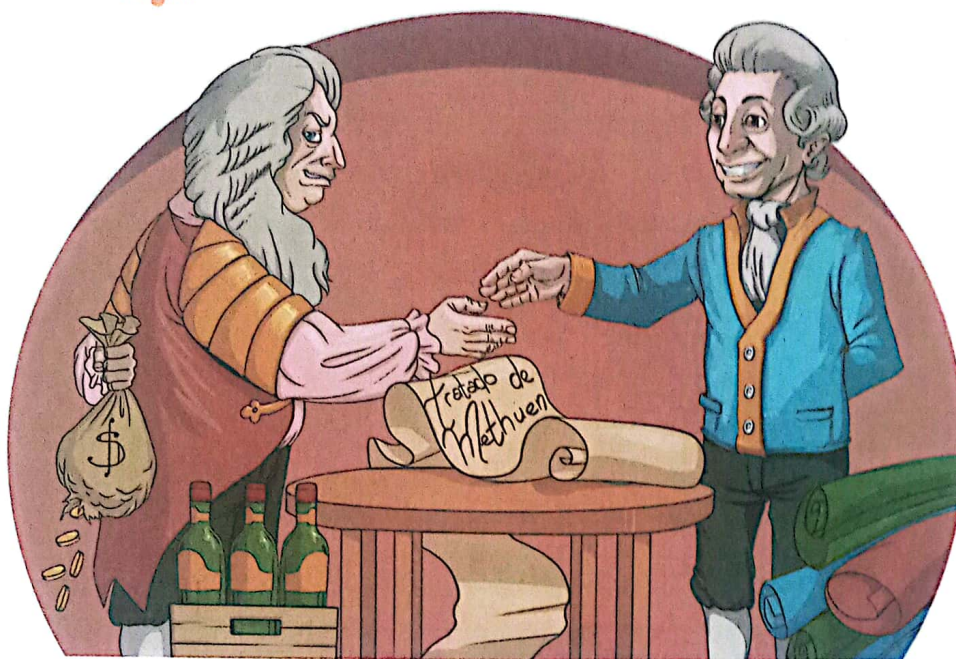
As manufaturas foram novamente proibidas (só manufaturas de tecidos rústicos de algodão, usados para vestir os escravizados e embalar artigos de origem agrícola, eram permitidas no Brasil), e a circulação de livros vindos de países europeus, especialmente da França, passou a ser criteriosamente censurada.

As atitudes de D. Maria I contrastaram tanto com a administração anterior, conduzida por Pombal, que seu reinado ficou conhecido como "A Viradeira".

### REFLETIR E DEBATER

Troque ideias com os colegas, retome a leitura de páginas anteriores e explique: Qual a relação entre a proibição de manufaturas e a censura de livros no Brasil e movimentos que estavam acontecendo na Europa – como o Iluminismo e a Revolução Industrial?





1. De acordo com a situação representada, é possível afirmar:
  - a) A charge aponta as vantagens obtidas por Portugal com o Tratado de Methuen.
  - b) A charge é uma crítica às pretensões portuguesas em relação à economia inglesa.
  - c) A charge aponta para a relação entre o Tratado de Methuen e o Pacto Colonial entre Portugal e Brasil.
  - d) A charge é uma crítica ao Pacto Colonial.

**PARA SABER MAIS!**

**A Corrida do Ouro em Minas Gerais**

[...]

O trajeto até as minas era árduo e perigoso. Para os que partiam da pequena e turbulenta São Paulo de Piratininga, a jornada conduzia aos vilarejos que iam surgindo no vale do Paraíba, como Taubaté (“taba verdadeira”), Lorena e Guaratinguetá (“lugar das garças brancas”). Dali, cruzava-se a serra da Mantiqueira (“lugar onde chove muito”) pela garganta do Embaú, atingindo-se então os três principais polos mineradores: as nascentes do rio das Mortes, tendo por centro São João del Rei; a região de Ouro Preto e Mariana, na serra do

Tripuí; e Sabará e a vizinha Caeté. Eram cerca de dois meses e meio de marcha e, quando a corrida de fato se iniciou, muitos foram os que partiram “afoitos e desesperados, só com seu diminuto trem às costas”, de acordo com Taunay.

Em 1699, Garcia Rodrigues Pais (filho do sertanista Fernão Dias Pais) abriu um caminho bem mais curto, o “caminho novo”, por meio do qual o percurso entre o Rio de Janeiro e as minas podia ser vencido em apenas 14 dias. O fluxo migratório tornou-se incontrolável e estima-se que cerca de 70 mil pessoas tenham se dirigido para lá sonhando fazer fortuna fácil. Eclodiu, então, uma grave crise de abastecimento e todos os recursos naturais da região foram consumidos. Uma galinha valia 20 gramas de ouro e “houve quem matasse por uma pipoca de milho”. Formigas, ratos, morcegos – tudo servia para saciar a fome, “inclusive uns bichos brancos e gosmentos” tirados do meio dos bambus, como constatou Antonil.

Mas o ouro de fato existia em larga quantidade – e estava quase à flor da terra, explorado em aluviões, nas areias e cascalhos dos rios, “numa autêntica catagem, que só necessitava braço humano, sem jeito especial nem inteligência amestrada”. A lista dos descobridores incluía a maioria dos sobrenomes importantes de São Paulo, ainda ligados ao modo de vida tradicional.

[...] Ao contrário de seu grande negócio anterior – a caça aos índios –, o ouro atraiu a atenção e a cobiça de gente do Rio de Janeiro, da Bahia, do Paraguai, de Portugal e da Espanha. Foram os paulistas que descobriram as minas, mas não seriam eles os que lucrariam com elas.

As desavenças e os conchavos, as rivalidades e as brigas de gangues eclodiram de imediato.

[...] Embora submetidos a um dos mais rígidos conjuntos de regras tributárias da história, os exploradores do ouro brasileiro encontraram todas as formas imagináveis de burlar o fisco. Calcula-se que pelo menos 35 por cento do ouro tenha sido contrabandeado. Mesmo assim, as quase mil toneladas do metal arrancadas pelo esforço, suor e sangue dos escravos tornaram dom João V o Rei-Sol de Portugal, ajudaram a reconstruir Lisboa após a devastação do terremoto de 1755, concentraram uma dose colossal de poder nas mãos do marquês de Pombal, fizeram com que a capital do Brasil se transferisse de Salvador para o Rio de Janeiro e determinaram a ocupação e a incorporação definitiva de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Mas não trouxeram progresso para o Brasil nem inspiraram bons filmes e livros.

BUENO, Eduardo. **A corrida do ouro em Minas Gerais**. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/corrida-ouro-minas-gerais-433563.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

# O Império e a formação do Estado Nacional



A população brasileira é composta por mais de 190 milhões de pessoas em mais de 8 milhões de quilômetros quadrados de território. Além das diferentes línguas, nessa grande extensão territorial, coexistem diferentes climas, costumes, paisagens, grupos sociais e rendas. No Brasil, a unidade é caracterizada pela diversidade.

Atualmente, a população vive em um território delimitado, governado por um Estado soberano cuja principal função é administrar o país, considerando a diversidade de interesses da população. Mas nem sempre foi assim: o processo de construção do Estado no Brasil relaciona-se a uma série de fatores, entre eles, as lutas pela independência e a vinda da Corte portuguesa. Em seus primeiros tempos, este Estado – que era uma monarquia – representava os interesses apenas de alguns grupos, fato que provocou revoltas que quase resultaram na separação do território.



Fotos: DEBRET, Jean-Baptiste. **Marimba**. Passeio de domingo à tarde. 1826. Museu Castro Maya.

AS REVOLTAS SEPARATISTAS  
DO SÉCULO XVIII

Ruas e casas da cidade de Ouro Preto, antigamente chamada Vila Rica, em Minas Gerais. Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade foi o palco da movimentação inconfidente. 2011

As revoltas que aconteceram no Brasil no final do século XVIII e no começo do século XIX (a Conjuração Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana) diferem dos conflitos que você estudou na unidade anterior em um ponto fundamental: são revoltas que clamam, entre outras coisas, pela emancipação política do Brasil em relação a Portugal. Note que a ideia de separação entre Metrópole e Colônia não estava na pauta das revoltas e conflitos vistos até então.

São os ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade que se disseminavam nos núcleos urbanos do Sudeste e Nordeste (por meio dos filhos da elite que iam estudar fora do país) aliados à revolta contra as atitudes abusivas da Coroa portuguesa que fundamentam a nova postura – separatista – de alguns grupos da Colônia.

## •• A Conjuração Mineira

A foto que abre esse capítulo traz um panorama atual da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Suas ruas, esquinas e casarões foram testemunhas e serviram de palco para a organização da primeira movimentação de caráter separatista no Brasil: a Conjuração Mineira, em 1789.

REFLETIR E DEBATER

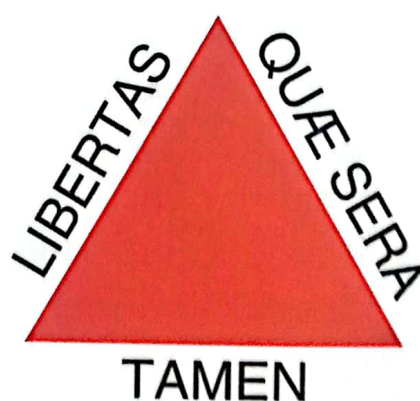
### Conjurados ou inconfidentes?

Você já deve ter reparado que tanto o termo “Inconfidência” quanto o termo “Conjuração” são usados nos livros para se referir ao movimento ocorrido em Minas Gerais. No entanto, esses termos não têm o mesmo significado: pesquise-os e, em seguida, discuta com a turma qual deles é o mais adequado para se referir a este movimento.

No final do século XVIII, Minas Gerais sofria uma fase de declínio econômico, provocada pelo esgotamento das minas e agravada pelas medidas estabelecidas pela Coroa portuguesa relacionadas à arrecadação de impostos.

Mas o ponto alto das tensões entre a população da região das Minas e a Coroa se deu com a nomeação do Visconde de Barbacena para a administração da Capitania das Gerais. O Visconde tinha a obrigação de cobrar da população local tudo o que ela devia aos cofres portugueses. Era preciso completar as 100 arrobas anuais e, se necessário fosse, decretar a derrama, imposto a ser pago por cada morador da capitania.

Outra função atribuída à Barbacena foi investigar quais eram os maiores devedores da Coroa na região das Minas. Eles eram, sobretudo, da elite urbana e deviam quantias enormes ao Reino. A Coroa não aceitava a desculpa de que o ouro chegava ao fim, acreditando ser a fraude e o contrabando os verdadeiros motivos para o atraso dos impostos.



Bandeira do estado de Minas Gerais. A inscrição em latim (que significa “liberdade ainda que tardia”) e o desenho eram parte do projeto dos conjurados para a bandeira da nação independente

Foi nesse contexto que nasceu a Conjuração Mineira. Alguns dos seus líderes eram membros da elite local: filhos de proprietários abastados, homens de negócios ou de altos funcionários administrativos e clérigos. Muitos deles tiveram a oportunidade de conhecer não só Portugal, mas a Inglaterra e a França, onde entraram em contato com as ideias iluministas e souberam da **Independência na América do Norte**.

Motivados pelos ideais iluministas e inconformados com os excessos da administração portuguesa nas Gerais, passaram a tramar, na Europa e no Brasil, uma forma de derrubar o governo português. A eles foram se juntando pessoas como o **alferes** Joaquim José da Silva Xavier, também conhecido como **Tiradentes**.

### GLOSSÁRIO

**Independência na América do Norte:** processo revolucionário inspirado pelos ideais iluministas e que culminou com a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, originando os Estados Unidos da América.

**Alferes:** designação dada a um oficial que ocupava funções subalternas em companhias militares de origem portuguesa.

**Tiradentes:** apelido pelo qual era conhecido, em virtude da função de extrair dentes, que desempenhava para complementar sua renda de alferes.

A revolta estava programada para estourar na data estabelecida para a derrama, que nunca chegou a acontecer, pois foi suspensa em março de 1789 pelo Visconde de Barbacena. A insurreição também não se efetivou: os planos dos conjurados foram delatados por Silvério dos Reis, que devia muito à Coroa e esperava obter o perdão de suas dívidas em troca de informações sobre o episódio.

Teve início, então, uma série de perseguições que culminou com a prisão dos envolvidos e o envio deles para o Rio de Janeiro. No decorrer do inquérito, todos negaram suas responsabilidades, à exceção de Tiradentes, que assumiu a culpa pela liderança do movimento e foi condenado à forca (os demais foram condenados ao degredo em outras colônias portuguesas). Enforcado na manhã do dia 21 de abril de 1792, Tiradentes teve ainda seu corpo esquartejado.

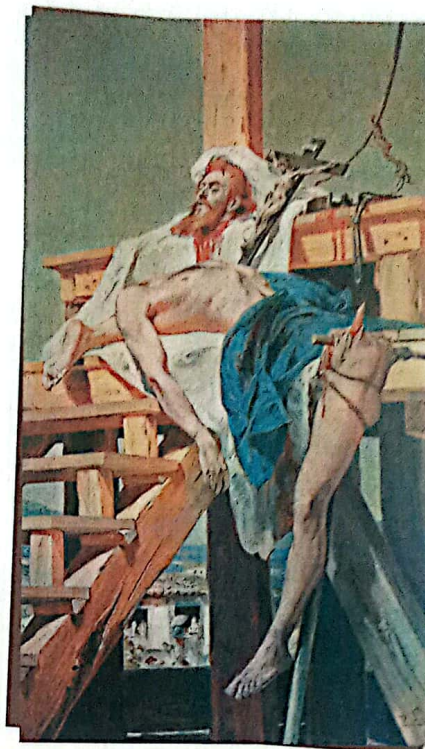
### REFLETIR E DEBATER

Nos primeiros tempos após a Proclamação da República, em 1889, foi construída a imagem de Tiradentes como herói nacional, rompendo com o

conceito de insurgente e inconfidente que a ele foi atribuído pela administração portuguesa no século XVIII. As telas de Pedro Américo ajudaram a construir essa imagem.

O que você pensa sobre esse quadro? Que sensações ele provoca em você? Qual a imagem que se tem da morte de Tiradentes? Troque ideias com seus colegas.

A obra de Pedro Américo, *Tiradentes esquartejado*, representa o fim do conjurado que, de fato, teve partes de seu corpo penduradas em diferentes locais da capital



AMÉRICO, Pedro. **Tiradentes esquartejado**. 1893. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora.

## • A Conjuração Baiana ou a Revolta dos Alfaiates

A Conjuração Baiana ou a **Revolta dos Alfaiates** (nome dado devido ao movimento contar com muitos alfaiates entre seus membros) representou o ápice das movimentações que ocorriam em Salvador, desde o final do século XVIII, em virtude, sobretudo, dos altos preços dos alimentos e dos péssimos salários pagos aos soldados.

Motins e revoltas passaram a ocorrer entre 1797 e 1798 e contavam com a participação de setores diferenciados da sociedade baiana, como negros e mulatos livres e instruídos. Dentre eles, destacaram-se os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas; e os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos.



DEBRET, Jean-Baptiste. **Barbeiros ambulantes**. 1826. 1 aquarela sobre papel, 18,7 cm x 23 cm. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

Nas ruas das cidades coloniais, havia libertos que viviam do seu próprio ofício, como alfaiates, barbeiros (representados na obra) e artifices

Havia também homens brancos e livres, advindos de uma elite liberal, que se opunham ao absolutismo metropolitano, como Cipriano Barata – médico e membro da Loja Maçônica Cavaleiros da Luz. A grande presença de negros e mulatos, escravizados e livres deu à revolta ocorrida na cidade uma conotação popular e revolucionária.

Os conjurados baianos apresentaram reivindicações que propunham mudanças radicais para a sociedade. Inspirados pela **Revolução Francesa**, lutavam pelo livre comércio, pela abolição da escravatura, pela proclamação da república e pelo aumento salarial para os militares.

## GLOSSÁRIO

**Revolução Francesa:** movimento de contestação ao absolutismo francês, iniciado com a Convocação dos Estados Gerais em 1789 e finalizado com a ascensão ao poder de Napoleão Bonaparte, em 1799. Foi instigado pela burguesia e inspirado pelos ideais do Iluminismo, contando com forte adesão e participação popular em seus primeiros anos.

Esse movimento, porém, não chegou a se efetivar: alguns insurretos tiveram a ideia de espalhar panfletos e cartazes pela cidade, no dia 12 de agosto de 1798, conclamando o povo à revolta. A ação chamou a atenção das autoridades. Ao serem interrogados, os responsáveis pela panfletagem delataram os demais envolvidos e os líderes do movimento.



RUGENDAS, Johann Moritz. Igreja do Hospício de Nossa Senhora da Piedade da Bahia. 1 litogravura sem papel, 25,5 cm x 21 cm.

Representação da Igreja de N. Sra. de Piedade. Principal praça da cidade de Salvador, foi o local escolhido para a execução dos condenados pela Conjuração Baiana

A repressão veio de forma violenta. Tentou-se uma possibilidade de acordo com o então governador da Bahia, mas ela foi rejeitada e os principais líderes presos. Quatro deles foram enforcados e esquartejados: justamente os de cor negra e mulata, os dois alfaiates e os dois soldados. A execução ocorreu no dia 8 de novembro de 1799, na Praça da Piedade, em Salvador.



## •• A Revolução Pernambucana

Tendo à frente líderes como Domingos José Martins e os padres João Ribeiro, Miguelinho e Frei Caneca, a revolução de 1817 reuniu diferentes setores da população, como comerciantes brasileiros, artesãos, militares, proprietários rurais, juizes e padres, entre outros, motivados por diferentes razões.



Bandeira da Revolução Pernambucana, que inspirou a atual bandeira do estado de Pernambuco

Ela foi desencadeada, entre outras coisas, pelo descontentamento relacionado à questão econômica (o Nordeste vivia novamente um período de crise) e pela insatisfação mediante os privilégios concedidos a portugueses pela Corte, nesse momento, sediada no Rio de Janeiro, como você verá adiante. Os revolucionários atacavam, sobretudo, o centralismo das decisões no Rio de Janeiro.

De Pernambuco, a revolução estendeu-se para o Sertão, atingindo Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Tomaram Recife e proclamaram a República, montando um governo provisório (que mantinha a escravidão, mas estabelecia a igualdade de direitos e a tolerância religiosa). Desavenças entre os revolucionários e a repressão das tropas aliadas ao governo central deflagraram o fim do movimento. Os líderes foram condenados à morte.

### PENSAR E PRODUZIR

1. A reação do governo metropolitano diante dos episódios separatistas foi violenta, com a condenação de seus líderes à morte. Por que a Coroa adotou essa postura? Qual era sua intenção?

---

---

---

---

---

---



# DA VINDA DA CORTE PORTUGUESA AO FIM DO DOMÍNIO COLONIAL

capítulo

16

As relações entre a Coroa portuguesa e sua mais lucrativa Colônia, o Brasil, andavam tensas nos anos finais do século XVIII. Mas não foi por meio de um movimento revolucionário que a independência aconteceu. Neste capítulo, você vai ver como o Brasil passou de Colônia a país independente e as consequências que isso trouxe aos seus habitantes.

## • Napoleão Bonaparte e a relação com a Família Real portuguesa

O comandante militar Napoleão Bonaparte destacou-se quando a França estava em guerra com outros países para defender os ideais da Revolução Francesa de 1789. Ganhou batalha após batalha e desfrutava de grande prestígio tanto entre os militares quanto entre as camadas populares.

Em um golpe que ficou conhecido como "18 Brumário", efetivado no dia de 9 de novembro de 1799, com o apoio do exército e de outros setores da população, Napoleão tomou o poder na França, instaurando o Consulado. Em 1804, após um plebiscito, foi aclamado imperador com o título de Napoleão I.



Pintura de Jacques-Louis David, intitulada *Napoleão cruzando os Alpes*, mostra o Imperador da França em momento imponente

DAVID, Jacques-Louis. *Napoleão cruzando os Alpes*. 1800. 1 óleo sobre tela, 271 cm x 232 cm. Schloss Charlottenburg, Berlim.

### PENSAR E PRODUZIR

Analise com atenção a imagem acima e registre suas impressões sobre a maneira como o artista Jacques-Louis David representou o general Napoleão Bonaparte.

---

---

---

Entre 1804 e 1812, Napoleão começou a intervir militarmente em toda a Europa, e 50 dos 175 milhões de habitantes do continente europeu estavam sob o seu poder. Avançou, entre outros países, para a Espanha, onde encontrou forte resistência dos guerrilheiros locais e sofreu as primeiras derrotas, mas impôs um governo francês, coroando seu irmão José Bonaparte como rei.

Em 1806, decretou o Bloqueio Continental, impedindo que os países europeus realizassem transações comerciais com a Inglaterra, sob pena de terem seus territórios invadidos por suas tropas. O objetivo era afastar a concorrência britânica e abrir caminho para as manufaturas francesas. Com o Bloqueio Continental, instalou-se um problema para a Coroa portuguesa: uma longa tradição de acordos comerciais com a Inglaterra impedia que Portugal se opusesse a ela, ainda que isso lhe custasse a invasão do seu território pelo exército napoleônico.

DELERIVE, Nicolas Louis Albert. **Embarque de D. João, príncipe regente de Portugal, para o Brasil.** 1815. T óleo sobre tela. Museu Nacional dos Coches, Lisboa.



Postal português datado de 1815 traz a visão do embarque da Corte portuguesa para o Brasil, em 27 de novembro de 1807. Ao todo, estima-se que entre 12 e 15 mil pessoas deixaram Lisboa junto com a Família Real

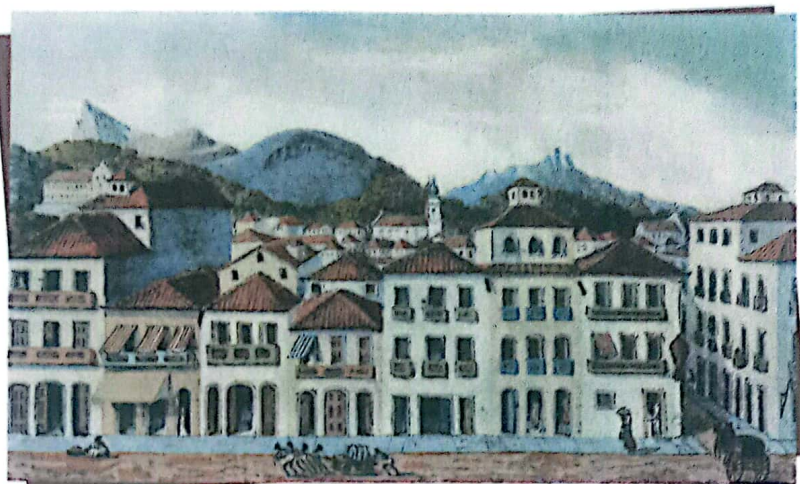
Sem outra saída, o então Príncipe Regente de Portugal, D. João, aconselhado pelo governo britânico, deixou o seu país e fugiu com toda a sua Corte para o Brasil, chegando em 1808. O restante da população portuguesa teve que enfrentar a invasão do exército mais temido da época, contando, somente, com o apoio militar inglês.

## • O Rio de Janeiro na época da chegada de D. João VI

A imagem representa o provável aspecto do centro do Rio de Janeiro em meados do século XIX, segundo o olhar do artista Richard Bate.

Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro (capital do Império desde 1763, substituindo Salvador), a cidade passou a receber um grande número de estrangeiros, que deixou suas

impressões em relatos e imagens. Trata-se, portanto, de um olhar estrangeiro sobre a cidade.



Aspecto do centro do Rio de Janeiro. Aquarela do artista inglês Richard Bate, datada do início do século XIX

### TEXTO E CONTEXTO

Foi nessa cidade que a Corte portuguesa, acostumada ao luxo e ao requinte, se instalou, em 1808. O choque foi inevitável: o estilo de vida que se levava aqui era muito diferente daquele com que a nobreza portuguesa estava acostumada, conforme conta a historiadora Mary Del Priore:

“Apesar das fantasias sobre as belezas naturais e riquezas, para quem chegasse a esta parte do planeta a realidade se impunha rapidamente. Havia, sim, o impacto positivo da paisagem da baía de Guanabara, amplificado pelos meses de longa viagem. Mas o exotismo passava longe da realidade urbana. No Rio, tudo era horripelantemente sujo!, fétido e abandonado. Cercado de mangues e charcos, o burgo sofria com a falta d’água e de higiene.

Era pelas ruas estreitas, por praças sem decoração, por caminhos cheios de mato que o cotidiano de seus moradores se construía. Na massa anônima, origens e cores se misturavam e também línguas, atividades, crenças e ideias. Gente e coisas, objetos e pessoas se acotovelavam como nunca dantes o fizeram entre nós [...].

Impressionava o número de negros escravos e livres circulando pelas ruas, dando aos forasteiros a impressão de ter desembarcado na África. [...].”

PRIORE, Mary Del. Os sons e a gente da capital colonial. **Superinteressante**. São Paulo, Abril Cultural. Edição n. 251, abril 2008. p. 67.

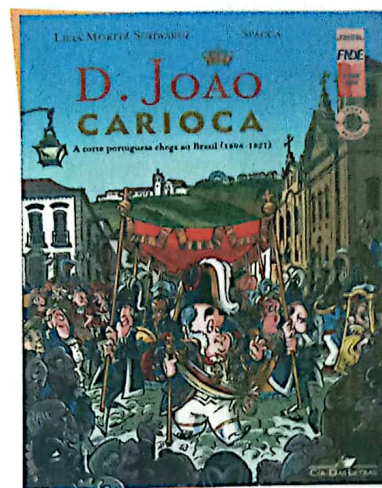
## PARA LER

### D. JOÃO CARIOCA. A CORTE PORTUGUESA CHEGA AO BRASIL (1808-1821)

**Autora:** Lilian Moritz Schwarcz

**Editora:** Companhia das Letras

**Sinopse:** A parceria entre a historiadora Lilian Schwarcz e o ilustrador Spacca gerou essa divertida HQ, que conta de forma crítica e em linguagem acessível, a passagem de D. João pelo Brasil, caracterizando o Rio de Janeiro da época.



## PARA ASSISTIR

### CARLOTA JOAQUINA, PRINCESA DO BRASIL

**Gênero:** Histórico

**Direção:** Carla Camuratti

**Duração:** 100 min.

**País:** Brasil

**Ano de lançamento:** 1995

**Sinopse:** Filme que mostra a relação entre D. João VI e sua esposa, Carlota Joaquina, e a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil.

Uma vez instalado no Brasil, D. João empreendeu mudanças significativas que afetaram a economia, a sociedade e a vida cultural do país que, contraditoriamente, abriram caminho para a emancipação política da Colônia.

Entre essas mudanças, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas (o que eliminava o Pacto Colonial, uma vez que o Brasil podia negociar com outras nações que não Portugal), a criação da Imprensa Régia e do Banco do Brasil. Como o Príncipe Regente não podia viver em uma Colônia, outra mudança importante ocorreu: o Brasil foi elevado, em 1815, à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Alguns setores da sociedade portuguesa, porém, não aceitavam a ausência da Família Real e temiam a emancipação do Brasil. Assim, em 1820, uma rebelião promovida pelos setores liberais da elite portuguesa e iniciada na cidade do Porto tomou o poder, a chamada Revolução do Porto.

De tendência liberal, os líderes do movimento reivindicavam a limitação do poder real, com a formação de uma Assembleia para definir uma Constituição para o país, o retorno imediato da Corte para Portugal e a restituição do Pacto Colonial com o Brasil. Pressionado pelos lusitanos a voltar, sob pena de perder o trono, D. João VI deixou o Brasil sob a responsabilidade de seu filho, D. Pedro, que assumiu o país como Príncipe Regente, e voltou a Portugal. Lisboa cobrava agora o retorno de D. Pedro e demonstrava interesse pela recolonização do Brasil.

A elite do Rio de Janeiro reagiu negativamente a essa possibilidade, afinal, tinha sido essa a região mais beneficiada com a abertura política e econômica experimentada durante a permanência de D. João VI. Mobilizações em prol da Independência começaram a acontecer.

Grupos de tendências distintas uniram-se em prol da emancipação do Brasil: os **conservadores**, ligados aos grandes proprietários rurais, defendiam a monarquia constitucional (um governo exercido por um rei que tivesse seu poder limitado por um parlamento) e certa autonomia ao Brasil, sem rompimento definitivo com Portugal e os **radicais**, ligados a profissionais liberais e funcionários públicos, que defendiam a ruptura com a metrópole. A união desses grupos gerou o chamado Partido Brasileiro.

O príncipe português D. Pedro, aliado a esse grupo, começa a tomar atitudes políticas independentes de Portugal e organiza o golpe que caracterizou o rompimento entre o Brasil e sua Metrópole, ocorrido em setembro de 1822. Com ele, manteve-se intacta a estrutura social e econômica então vigente: a agricultura para exportação sustentada pelo braço escravizado. Para ter sua independência reconhecida, o Brasil ainda teve que pagar uma indenização a Portugal no valor de 2 milhões de libras esterlinas.

Reprodução da obra "Proclamação da Independência", finalizada no ano de 1844 pelo pintor François-René Moreaux. Será que nossa independência foi assim?



MOREAUX, François-René. **Proclamação da Independência**. 1844. 1  
Óleo sobre tela, color, 244 cm x 383 cm. Museu Imperial, Petrópolis,  
Rio de Janeiro.

## O IMPÉRIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Com o reinado de D. Pedro I, em 1822, teve início uma etapa da política brasileira conhecida como Império. Essa etapa pode ser dividida em três fases: Primeiro Reinado (1822-1831); Período Regencial (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889). Ao longo desse período, se consolidou o Estado Brasileiro. Nem todos, porém, se sentiam representados por ele, especialmente porque a participação política esteve limitada a uma parcela restrita da população, determinada pela Constituição de 1824.

### •• A Constituição de 1824

Em 25 de março de 1824, foi outorgada – isto é, imposta por D. Pedro I – a primeira Constituição do Brasil. Veja o que ela determinava:



DEBRET, Jean-Baptiste. D. Pedro I no traje da Sagração. 1839. 1 aquarela sobre papel, 11,3 cm x 18,5 cm. In: Viagem pitoresca através do Brasil. (LCNI).

O reinado de D. Pedro I foi marcado por conflitos e revoltas contra seu governo

### TEXTO E CONTEXTO

“Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia.

Art. 2. O seu territorio é dividido em Provincias na fórmula em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.

Art. 3. O seu Governo é Monarchico Hereditario, Constitucional, e Representativo.

Art. 4. A Dynastia Imperante é a do Senhor Dom Pedro I actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brazil.



Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo. [...]

Art. 10. Os Poderes Politicos reconhecidos pela Constituição do Imperio do Brazil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial. [...]

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio.”

BRASIL. Constituição política do Império do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)>. Acesso em: 23 set. 2012.

A Constituição também delimitava a participação política, como se vê nos artigos a seguir:

“Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras. [...]

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Communidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.”

BRASIL. Constituição política do Império do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)>. Acesso em: 23 set. 2012.

A eleição para o corpo de deputados funcionava em duas etapas, sendo permitido votar na primeira delas (eleições de primeiro grau) apenas aquele que respeitasse os requisitos descritos na lei (idade, renda e religião). Para ser candidato, a renda mínima

exigida era de 200 mil réis. Aqueles eleitos pelos votantes escolheriam os deputados (eleições de segundo grau).

Para ser candidato a deputado, era necessário ter renda equivalente a 400 mil réis e ser católico. A constituição não fazia restrição ao voto de analfabetos, e estes, desde que atendessem às exigências descritas, podiam votar, mas as mulheres eram totalmente excluídas do processo eleitoral.

## PENSAR E PRODUZIR

Com base na leitura dos artigos da Constituição de 1824, responda.

1. O que chamou sua atenção na leitura do texto? Há palavras que você teve dificuldade em identificar? Discuta com a turma.
2. São quatro os poderes políticos identificados no texto. Eles permanecem na Constituição até hoje? O que mudou?

---

---

---

3. A Constituição fala da “inviolabilidade dos direitos civis e políticos do cidadão brasileiro”. Nessa época, quem era considerado cidadão?

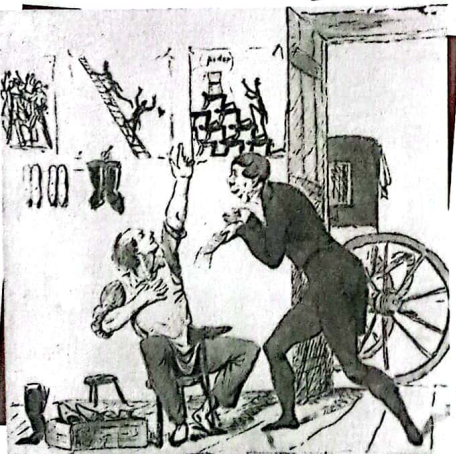
---

---

---

4. Observe a charge referente ao processo eleitoral no Império.

CARVALHO, Rafael Mendes de. O sapateiro eleitor. Charge, 1840. In: REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Edição 27, dezembro de 2007.



*O sapateiro eleitor.* Charge de Rafael Mendes Carvalho, publicada em 1840

“Um pobre sapateiro a trabalhar na sua tripeça e um diplomata a lhe apresentar sua chapa; porém o velho sapateiro, firme na sua opinião, lhe mostra várias estampas que se acham na parede, como uma escada formada do povo, e um candidato a subir por ela à cadeira do poder, outra, um sujeito já no tope da escada a dar um pontapé no que o ajudou a subir”.

Escreva um texto dissertativo, apontando as mudanças e permanências entre o processo eleitoral atual e o processo eleitoral do Período Imperial.

---

---

---

---

---

---

---

---

5. As fraudes eleitorais eram comuns nesse período. Como eram feitas? E hoje, essa prática ainda existe?

---

---

---

---

---

---

---

---

## •• As revoltas no Primeiro Reinado

Reações ao autoritarismo de D. Pedro I (que, em 1823, vetara a primeira Constituição feita para o Brasil, chamada Constituição da Mandioca, por limitar seus poderes) e à concentração de poder na figura do monarca logo se fizeram sentir, principalmente no Nordeste do Brasil, que aspirava maior autonomia política. O canal privilegiado para os ataques a D. Pedro I eram os jornais da época.

### A Confederação do Equador

Em Pernambuco, província em que as hostilidades eram mais exacerbadas, dois líderes oposicionistas merecem destaque: Cipriano Barata, responsável pelo jornal *Sentinela da Liberdade*; e o Frei Joaquim do Amor Divino (conhecido como Frei Caneca), à frente do jornal *Tífis Pernambucano*.





Em Pernambuco, a oposição ao autoritarismo de D. Pedro I era canalizada por meio da imprensa, sobretudo, pelo jornal *Sentinella da Liberdade*, de Cipriano Barata

pular: sedes palacianas dos governos dessas províncias foram ocupadas por revoltosos e o poder imperial teve dificuldades em conter o movimento. Com o auxílio de tropas e comandantes estrangeiros, sobretudo ingleses, o governo imperial reprimiu com violência o movimento, aniquilando-o em novembro de 1824. João Ratcliff e Frei Caneca foram condenados à morte.

### A Guerra da Cisplatina

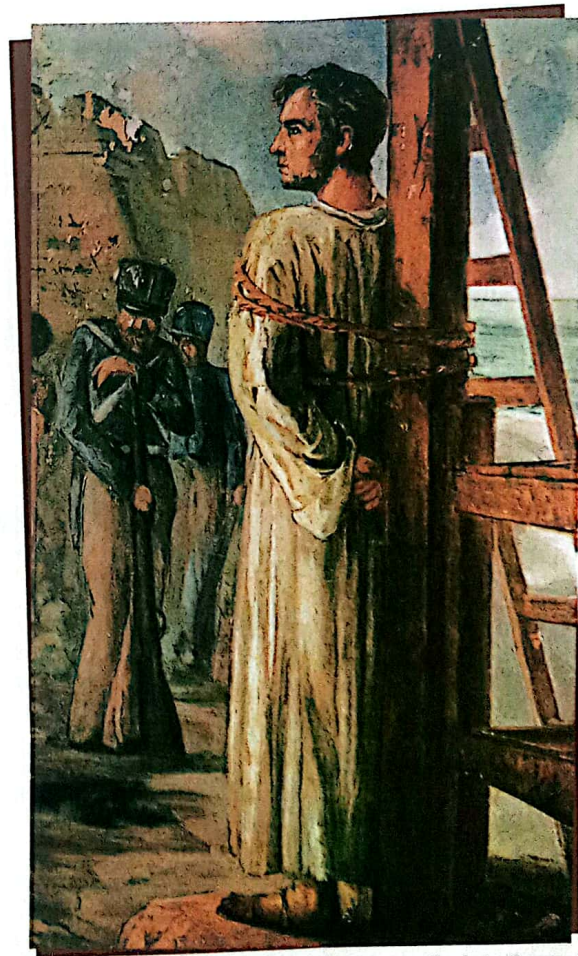
D. Pedro I enfrentou ainda uma guerra contra Buenos Aires (atual capital da Argentina) por causa do Uruguai. Foi a chamada Guerra da Cisplatina. O atual Uruguai, antiga Banda Oriental, tinha sido incorporado ao Brasil por D. João VI em 1821 com o nome de Província Cisplatina.

A população local, tradicionalmente colonizada por espanhóis, não aceitou passiva-

Suas críticas tinham forte caráter antilusitano, republicanista e federalista, isto é, reivindicavam uma maior autonomia regional e menos poder concentrado no governo central.

As críticas e as manifestações de insatisfação divulgadas por esses jornais mobilizaram mais pessoas contra D. Pedro I, entre elas Manuel de Carvalho e o português filho de pai polonês, João Ratcliff. Os dois, junto com Frei Caneca, organizaram um movimento separatista que ficou conhecido como *A Confederação do Equador*.

A Confederação, composta por Pernambuco e por outras províncias (como Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará), acabou se tornando um movimento de caráter urbano e po-



Detalhe do quadro a óleo de Murillo de La Grecca, intitulado *A execução de Frei Caneca*

LA GRECA, Murillo. A execução de Frei Caneca. Coleção Murillo La Greca. Recife.

mente essa situação e uma série de revoltas começaram a acontecer em 1825. Com o apoio da Argentina (na época chamada Províncias Unidas do Rio da Prata), a região proclamou sua independência em 1828 e se tornou uma república independente: a República do Uruguai.

A Guerra da Cisplatina consumiu enormes gastos financeiros e contingentes militares, atraindo ainda mais a oposição de segmentos da elite nacional contra D. Pedro I. Para tentar aliviar a situação, ele ordenou que o Banco do Brasil emitisse grande quantidade de moedas de cobre. Tal iniciativa estimulou a falsificação, contribuiu para a desvalorização da moeda nacional e, conseqüentemente, para o aumento generalizado dos preços. O Banco do Brasil entrou em falência e foi fechado em 1829. A crise financeira que se instalava era mais um fator contra a monarquia e D. Pedro I.

## •• A crise sucessória do trono português e as revoltas do Período Regencial

Para agravar o quadro, no ano de 1826, morreu D. João VI, e D. Pedro I, como filho mais velho, passou a ser, ao mesmo tempo, rei do Brasil e herdeiro do trono português. Essa situação não foi bem vista pela elite nacional, que temia a recolonização.

Mesmo assim, D. Pedro I se envolveu em disputa com seu irmão, D. Miguel, pelo trono português, atraindo a oposição de conservadores e radicais do Partido Brasileiro. Após vários incidentes, D. Pedro I se viu obrigado a abdicar do trono brasileiro em 7 de abril de 1831, em nome de seu filho, Pedro de Alcântara, na ocasião com apenas cinco anos de idade.

A abdicação de D. Pedro I provocou grave crise política no país. A constituição determinava que, neste caso, a nação deveria ser governada por uma regência eleita pela Assembleia.


Governos provisórios, chamados regenciais, se alternariam no poder até que o príncipe atingisse a maioridade. Esse período se estendeu de 1831 até 1840, quando D. Pedro II teve sua maioridade antecipada e assumiu o governo do país. O Período Regencial foi um dos mais tensos da história do Brasil. Em menos de dez anos ocorreram vários levantes, em diferentes regiões do país – Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.




Pedro de Alcântara, na infância, sob o olhar do artista Armand Pallière. Note que no tambor de brinquedo do menino aparece o símbolo da bandeira do Brasil Imperial

PALLIÈRE, Armand Julien. O menino D. Pedro no Paço. [ca. 1830].  
Museu Imperial de Petrópolis.

Para ocupar o vácuo de poder deixado pela abdicação de D. Pedro I, as tendências políticas então existentes passaram a competir entre si:

 **Os liberais moderados ou chimangos:** representavam os interesses dos grandes proprietários rurais, donos de escravizados. Defendiam uma maior autonomia das províncias em relação ao poder central e um governo monárquico submetido a uma Constituição. Eram favoráveis à manutenção da escravidão e contrários às propostas separatistas.

 **Os liberais exaltados:** eram favoráveis a uma maior descentralização do poder (e, em alguns casos, na transformação do Brasil numa República). Entre seus partidários estavam representantes dos interesses das camadas urbanas, como os profissionais liberais.

 **Os restauradores ou caramurus:** constituído por muitos portugueses, eram favoráveis à volta de D. Pedro I e à instituição de uma monarquia do tipo absolutista. Acabou se dissolvendo após a morte de D. Pedro I na Europa, em 1834.

## PENSAR E PRODUZIR

1. Exponha os aspectos que diferenciavam os liberais moderados dos chamados exaltados.

---

---

---

2. Por que o grupo dos restauradores deixou de ter sentido a partir de 1834?

---

---

Nos primeiros tempos da regência, os liberais moderados estiveram à frente do poder, ocupando, primeiramente, a Regência Trina, em 1831, e depois, em 1834, a Regência Una, exercida por Diogo Antônio Feijó, entre 1835 e 1837.

Essa fase destacou-se pela aprovação de leis que modificaram, de certa forma, o panorama político nacional. Entre elas:

- a lei que determinou a criação da Guarda Nacional em 1831;
- a lei de aprovação do Código de Processo Criminal em 1832;
- a instituição de uma emenda à constituição intitulada **Ato Adicional**, em 1834.

### PARA PESQUISA

Pesquise o que foi a Guarda Nacional, o Código de Processo Criminal e o Ato Adicional de 1834. Em seguida, responda ao que se pede.

1. Explique: o Ato Adicional de 1834 criou as Assembleias Provinciais. Em que medida essa criação permitiu maior autonomia política às províncias?

---

---

---

---

2. O que eram e para que foram criadas as milícias da Guarda Nacional?

---

---

3. O *habeas corpus* foi instituído durante o governo regencial por meio do Código de Processo Criminal de 1832. Explique em que consistia esse recurso.

---

---

A criação das Assembleias Provinciais representou, por um lado, um passo importante rumo à tão almejada autonomia das províncias frente ao governo central. Por outro, acirrou as disputas entre os grupos políticos regionais, pois acabou se tornando um instrumento de poder: seus membros poderiam nomear e demitir funcionários; idealizar obras públicas e instituir impostos para realizá-las.

Em várias regiões do país, as péssimas condições de vida da maioria da população aliadas à instabilidade do governo central e às disputas de poder locais propiciaram grandes rebeliões. Quase sempre iniciadas com base em questões políticas, acabaram se transformando em um canal da revolta popular.

Veja no infográfico a seguir, alguns desses movimentos: suas motivações, o ano e o local em que ocorreram.

### **Cabanagem (Pará)**

A nomeação de um presidente de província pelo governo central desencadeou a rivalidade de grupos locais que se envolveram em conflitos de origem política. Tais conflitos abriram caminho para a rebelião popular, motivada pelas péssimas condições de vida dos habitantes mais pobres da capital e do interior. Em 1835, os cabanos tomaram Belém e executaram autoridades, entre elas, o próprio Presidente da Província. Um governo revolucionário foi estabelecido. O chefe, Clemente Malcher, traiu o movimento ao jurar fidelidade ao Imperador e foi executado, substituído por Francisco Vinagre, que também traiu a revolução ao se oferecer para negociar com o governo central, que organizou represálias ao movimento. Este se reorganizou no interior da província e proclamou a República em Belém. A luta e a resistência dos cabanos duraram cinco anos, até o governo conseguir reassumir o controle. Foi o primeiro movimento em que a população chegou ao poder. Contava, ao final, com 30 mil mortos.



### **Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul)**

Diferente do restante do país, que tinha economia exportadora, o Rio Grande do Sul era grande produtor de charque, comercializado no mercado interno. Entretanto, sofria concorrência com o charque argentino. O governo central nada fazia pelo produto rio-grandense, de forma que lideranças regionais gaúchas iniciaram uma guerra contra o governo central em 1835.

Defendiam a descentralização do poder, maior autonomia regional, o federalismo e a substituição da Monarquia pela República. Lideradas por Bento Gonçalves, tropas farroupilhas tomaram Porto Alegre e destituíram o Governo Provincial. Proclamaram a República Rio-Grandense (também chamada República Piratini) em 1836, e elegeram Bento Gonçalves como presidente. O movimento avançou em direção a Santa Catarina onde os revoltosos fundaram, em 1839, a República Juliana.

A partir de 1842, as tropas do governo central, comandadas pelo oficial Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) começaram a retomar o controle das regiões conquistadas pelos farroupilhas. A anistia aos revoltosos envolvidos e a concessão de títulos militares aos soldados e oficiais rebeldes foram táticas utilizadas para desestabilizar o movimento, totalmente contido em 1845.



### Balaiada (Maranhão)

Rivalidades políticas entre a elite local abriram caminho para rebeliões populares que tiveram início no sul do Maranhão. Seus principais líderes foram Raimundo Gomes, vaqueiro envolvido em questões políticas locais, e Manuel dos Anjos Ferreira, fazedor de balaios.

A crise do algodão maranhense no exterior (que enfrentava a concorrência do algodão produzido no sul dos Estados Unidos) fez reduzir a demanda e baixar o preço dos balaios em que o produto era transportado, ocasionando a decadência econômica e a revolta dos artesãos que os produziam. Além do movimento principal, surgiu um de escravizados fugidos, liderados por Cosme Bento; ocupou algumas localidades da Província, mas os desentendimentos internos o enfraqueceram. No comando das tropas do governo, o oficial Luís Alves de Lima e Silva coordenou um ataque fulminante aos rebeldes. A anistia dos principais líderes envolvidos foi condicionada à reescravidão dos escravizados rebeldes.

### Revolta dos Malês (Bahia)

Em 1835, estourou a Revolta dos Malês, realizada por escravizados africanos de tradição religiosa muçulmana. Eles lutavam pela liberdade de culto – que era restrita –, já que o país era oficialmente católico. A rebelião, que durou apenas algumas horas, tinha também caráter antiescravagista, o que assustou as autoridades, que temiam levantes de escravizados. Os rebeldes tomaram as ruas da cidade e atearam fogo em residências. Tropas do governo central conseguiram dispersar o movimento, contendo a revolta e derrotando os rebeldes.

### Sabinada (Bahia)

Movimento liderado e organizado por setores médios da população baiana, especialmente da capital, Salvador. Destaca-se o médico Francisco Álvares Sabino da Rocha Vieira, que deu nome ao movimento.

Entre as causas do movimento, estão a indignação frente à nomeação de um presidente de província indesejado e o recrutamento forçado de homens para lutarem ao lado do governo na repressão à Revolução Farroupilha. Os rebeldes conseguiram o apoio de parte do exército baiano: tomaram vários quartéis e a própria cidade de Salvador, em 1837. Nesse mesmo ano, proclamaram a República Baiana, que só existiria até a maioria de D. Pedro II.

O movimento não conseguiu envolver os setores mais pobres nem obter o apoio das elites. Após um ano de duras repressões por parte do governo central, os rebeldes foram dominados. Morreram mais de 1800 pessoas. Alguns líderes foram executados e outros condenados ao desterro, como é o caso do médico Dr. Sabino.



Após analisar a história dos movimentos listados nas páginas anteriores, discuta com a turma: quais os elementos comuns a todos eles e qual a importância e/ou consequência desses eventos para a história do Brasil.

Instabilidade política e problemas de saúde levaram o regente Diogo Antônio Feijó a se afastar do governo regencial em 1837. Políticos de tendências mais conservadoras assumiram o controle do país com a nomeação do Ministro da Justiça, o pernambucano Pedro de Araújo Lima, como regente interino.

Os liberais, na oposição, passaram a agitar o povo e a pressionar o Senado para que a maioria do príncipe herdeiro fosse antecipada, projeto lançado pelo Clube da Maioridade, e que se concretizou no Golpe de 23 de julho de 1840, quando D. Pedro II, com 15 anos, assumiu o governo do Brasil. A ação se caracterizou como um golpe porque ia contra o que designava a Constituição de 1824.



D. Pedro II. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Na representação oficial de D. Pedro II, exposta em jornais brasileiros e do exterior no início da década de 1840, os traços ainda pueris do jovem monarca contrastam com o peso, a pompa e a austeridade do traje imperial

O maior desafio enfrentado pelo jovem imperador foi conseguir que o povo brasileiro se assumisse como nação e se identificasse com o governo. Os inúmeros conflitos regionais ocorridos entre 1831 e 1840, como você viu, vieram mostrar o quão difícil seria esta tarefa, pois a unidade territorial do país estava ameaçada. Vale ressaltar que, a partir de 1834, com o fim dos restauradores, um novo reagrupamento político desponta, com a formação de dois partidos: o Conservador e o Liberal.

# O SEGUNDO REINADO E A AFIRMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

capítulo

18

O Segundo Reinado foi um longo período da História do Brasil. Marcado por mudanças estruturais na política, na economia e na sociedade, pode ser dividido em três grandes fases: consolidação (1840-1850); apogeu (1850-1870) e decadência (1870-1889).

## •• A configuração política

Quando subiu ao trono, o Imperador teve o apoio do Partido Liberal, mas sabia que, ideologicamente, os conservadores lhe eram mais favoráveis. Sabia também que as disputas políticas entre esses dois grupos seriam constantes e que, embora nem sempre motivadas por questões de interesse nacional, mobilizavam as pessoas, gerando sérios conflitos.

No transcorrer dos dez primeiros anos de seu reinado, o imperador D. Pedro II desenvolveu autoridade perante os dois grandes partidos políticos que dominavam o cenário nacional; restabeleceu o Poder Moderador e instituiu uma Monarquia Parlamentar.

No caso, D. Pedro II escolhia um Primeiro Ministro e este escolhia os políticos que formariam o Ministério. Porém, quando ocorriam tensões entre o Primeiro Ministro ou o Ministério e a Câmara dos Deputados, o Imperador, usando de seu Poder Moderador, poderia demitir o Primeiro Ministro ou convocar novas eleições para a Câmara dos Deputados, concentrando, de fato, o poder (por isso chamado de "parlamentarismo às avessas").



DOM PEDRO SEGUNDO IMPERADOR CONSTITUCIONAL  
E DEFENSA PERPETUA DO BRASIL.

D. Pedro II foi coroado aos 15 anos. Para legitimar seu poder, vários são os retratos e pinturas retratando-o mais velho, a fim de transmitir credibilidade ao seu reinado

D. Pedro II. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

A estratégia política implantada durante a primeira fase do reinado de D. Pedro II garantiu o abrandamento das tensões políticas entre conservadores e liberais. Graças a essa estratégia, chamada de Política da Conciliação, os conflitos regionais, acirrados por disputas políticas, foram diminuindo a partir de 1850, sendo os dois grandes últimos conflitos: a Revolta Praieira (1848-1850), ocorrida em Pernambuco e motivada por ideais liberais e separatistas; e o término da Revolução Farroupilha, ocorrido em 1845.

Certa estabilidade política foi alcançada a partir da segunda metade do século XIX, aliada ao crescimento das exportações e ao início da industrialização e urbanização de algumas regiões, com conseqüente fortalecimento do Estado brasileiro.

## PENSAR E PRODUIR

Observe com atenção o seguinte documento.



O Carrossel da Política, charge publicada na época do Segundo Reinado no jornal *O Mequetrefe*, que começou a ser publicado em 1875

1. Qual o conteúdo da charge?

---

---

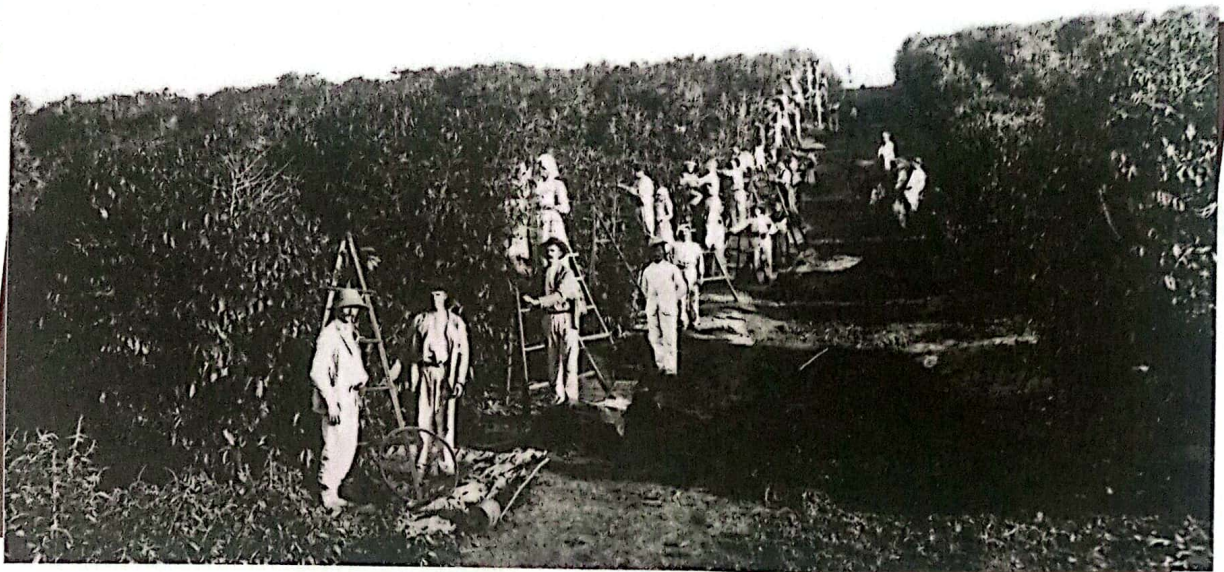
2. Como se relaciona ao Parlamentarismo às Avesas, implantado durante o reinado de D. Pedro II?

---

---

## •• As mudanças econômicas

Acervo Iconographia



No final do século XIX, o Brasil já despontava como o maior exportador mundial de café. Na imagem, imigrantes trabalhando em um cafezal. A mão de obra imigrante substituiu a mão de obra escrava nessa função, principalmente depois de 1888

A economia brasileira, durante o Segundo Reinado, ainda era fortemente baseada na agroexportação, mas, além dos artigos tradicionais, outros produtos despontaram nesse período, como o café e o algodão.

A produção e o beneficiamento do café trouxeram mudanças para o cenário econômico nacional e estão relacionados ao processo de crescimento econômico e à modernização que teve lugar no Brasil a partir do Segundo Reinado.

Planta de origem africana, o café foi introduzido no Brasil ainda no final do século XVIII. Inicialmente, seu cultivo foi tentado no Nordeste, onde não obteve êxito. Transplantado para fazendas do estado do Rio de Janeiro, mostrou-se adaptado ao solo e ao clima da região fluminense, apresentando bons índices de produtividade.

Em meados do século XIX, já era cultivado em vastas regiões do Vale do Paraíba (território situado entre os atuais estados do Rio de Janeiro e de São Paulo), e, a partir de 1850, atingia seus maiores índices de produtividade nos férteis solos do Centro-Oeste Paulista.

Um dos grandes estímulos à introdução e ao aumento da cultura de café no Sudeste era a grande procura no mercado internacional, principalmente nos Estados Unidos. Em pouco tempo, tornou-se o maior artigo de exportação, suplantando outros produtos, mais tradicionais, como o açúcar e o algodão, conforme demonstram os dados da tabela a seguir:

TABELA 1 – PERCENTAGEM DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NA EXPORTAÇÃO		
1821-1830	Açúcar	30,1%
	Algodão	20,6%
	Café	18,4%
	Couros e peles	13,6%
1831-1840	Café	43,8%
	Açúcar	24,0%
	Algodão	10,8%
	Couros e peles	7,9%
1841-1850	Café	41,5%
	Açúcar	26,7%
	Couros e peles	8,5%
	Algodão	7,5%

PINTO, Virgilio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 21 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 135.

A grande procura pelo café brasileiro no mercado internacional estimulou o aumento da produtividade, o que fez subir de forma espantosa os índices do cultivo em solos brasileiros e o peso com relação à produção mundial, ao ponto de o Brasil ter atingido, entre o final do século XIX e o início do século XX, a posição de maior produtor de café no mundo.

### Industrialização e modernização

Grandes Personalidades da Nossa História. São Paulo: Abril Cultural, 1970. p. 474. v.2



Interior de uma fábrica que trabalhava com matéria-prima produzida pelo bicho-da-seda, em Campinas, 1923. A produção cafeeira estimulou o desenvolvimento industrial no Sudeste, em especial, das indústrias têxteis

Por se tratar de produto que precisava ser beneficiado antes de ser exportado, o café impulsionou o desenvolvimento industrial nas regiões em que era cultivado. Fábricas de beneficiamento de café e de produtos associados ao seu transporte e comercialização – como de fabricação de sacos e barbantes de algodão – foram estabelecidas, na maioria

das vezes, pelos próprios produtores, que importavam equipamentos da Inglaterra e Estados Unidos. A modernização veio com o crescimento industrial, associado às exportações de café: para facilitar o transporte do produto das fazendas do interior paulista e fluminense para os portos no litoral, eram necessários meios mais rápidos e eficazes do que mulas e cavalos. É nesse contexto que foram introduzidas as primeiras linhas férreas para a passagem de trens no Brasil.

Por meio da iniciativa pública e privada, companhias estrangeiras, sobretudo inglesas, receberam concessão para a construção de milhares de quilômetros de ferrovias e de linhas de telégrafos.

### PARA SABER MAIS!

A expansão da linha férrea no Brasil só foi possível porque, na segunda metade do século XIX, um invento chegava ao país pelas mãos de industriais ingleses: a locomotiva. A invenção da locomotiva e do telégrafo é parte de um processo maior, conhecido como Segunda Revolução Industrial.

A partir de 1830, a Revolução Industrial, até então restrita à Inglaterra, chegou à Europa (Bélgica, Alemanha, Itália, Rússia e França), à Ásia (Japão) e à América (Estados Unidos). Isso porque os fabricantes até então eram proibidos de exportar tecnologia e maquinário para outros lugares, a fim de proteger a produção inglesa, o que foi superado nessa fase da Revolução, também marcada por outros fatores:



Grandes Personagens da Nossa História. São Paulo: Abril Cultural, 1970. p. 476. v.2

Na foto, trechos da primeira estrada férrea construída no Brasil: ia da atual cidade de Mauá à Raiz da Serra. Foi inaugurada em abril de 1854, idealizada e financiada por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá



DKO Estúdio, 2013. Digital.

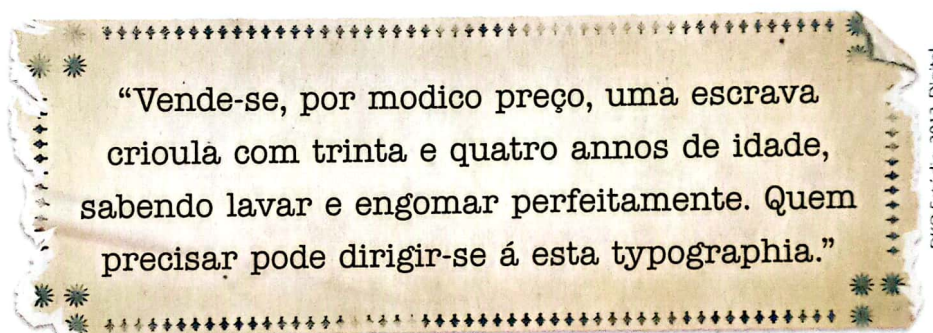
A melhoria nos transportes e nas comunicações representava agilidade e dinamismo nas transações envolvendo a produção, o beneficiamento e o comércio do café. Favoreceram também o traslado de pessoas e o estreitamento das relações entre as regiões interioranas e as capitais. As cidades cresceram, se desenvolveram, e passaram a concentrar um número cada vez maior de habitantes.

## •• As transformações sociais durante o Brasil Império

O Segundo Reinado foi também um período de transformações sociais, entre elas, a abolição do tráfico e da escravidão de africanos, a ampliação do trabalho livre e o advento de milhares de imigrantes de origem europeia. Essas mudanças serão analisadas mais de perto, começando pela questão da escravidão.

### A escravidão africana no Período Imperial

Observe o documento com atenção.



Fonte: GAZETA PARANAENSE ORGAM DO PARTIDO CONSERVADOR. Curitiba, Sabbado, 17 de março de 1883, Anúncios, n. 246, p. 4. Curitiba, Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Apesar de estar escrito em português antigo, é possível notar do que se trata: um anúncio de venda de um ser humano, no caso, uma mulher de 34 anos de idade, algo que acontecia com frequência em tempos em que a instituição da escravidão reduzia um enorme contingente de seres humanos à condição de "coisas". Como coisas, os escravizados eram comprados e vendidos. Como coisas eram tratados.

No ano de 1824, como você viu, foi outorgada a primeira Constituição Brasileira. Nela, havia a afirmação de que "todos os cidadãos eram iguais perante a lei". Essa lei, no entanto, não valia para os escravizados. Eles não eram considerados cidadãos brasileiros. O Império manteve a escravidão no país até 1888. Nesses longos 66 anos em que a escravidão coexistiu com uma nação dita independente, leis especiais foram criadas para conciliar, juridicamente, escravidão e cidadania. A escravidão foi enquadrada pelo Direito Brasileiro e, dessa forma, passou a ser considerada legal.



Se a escravização foi enquadrada na lei, os escravizados que tentassem fugir, ou que ousassem ir contra os seus senhores seriam considerados criminosos. Ao longo do Império, com a expansão da produção cafeeira, o número de hectares cultivados aumentou muito no Brasil, e a demanda por braços que pudessem neles trabalhar também.



AZEVEDO, Militão Augusto de. Retrato de grupo sem identificação. s.d. carte-de-visite. fotografia, p & b. Coleção Ruy Azevedo, São Paulo.

Na foto de Militão Augusto de Azevedo, um senhor posa com seus escravos (que podem ser identificados pelo fato de estarem descalços)

Sabe o que isso significa? Que o número de escravizados de origem africana vindos para o Brasil mais do que duplicou entre os anos de 1830 e 1850, ou seja, um milhão de pessoas foi embarcada à força da África para o Brasil nesse período.

Com isso, passaram a ser constantes também as tentativas de fugas, que ocorriam tanto nas regiões produtoras de café como em outras regiões do país, como no Sul, onde a atividade ligada à extração e ao beneficiamento da erva-mate, no Paraná, especialmente, fez acelerar a economia e aumentar a demanda por escravizados.

Nos jornais da época, anúncios como o transcrito a seguir eram constantes.

#### GRATIFICAÇÃO

Á quem der noticia certa de um escravo pertencente a Manoel Joaquim de Vasconcellos e Souza. Desapareceu desta capital no mez de Fevereiro deste ano.

Signalis: Mulato, um tanto claro, idade 50 annos, cabellos e barba densos e coredios já bem mesclados, porte mediano, um tanto gordo, olhos castanhos e um tanto vesgos, uma pequena rendidura no umbigo, muitissimo rizonho. É crioulo da P. de S. Paulo, morou muito annos na vilinha da Palmeira P. de S. Pedro do Sul, donde veio para esta a 5 annos. A noticia recebe-se nesta capital, em casa de [...] Vasconcellos & Couto, ou em José da Boa Vista, casa do primeiro assignado.

DKO Estúdio, 2013. Digital.

GAZETA PARANAENSE ORGAM DO PARTIDO CONSERVADOR. Paraná, Curityba, Sabbado, 12 de agosto de 1882, Anúncios, n.216, p. 4.

Observe que os anúncios oferecem recompensas para quem encontrasse e entregasse os escravizados procurados para os senhores. Como as fugas tornaram-se constantes, a captura de escravizados também cresceu e se tornou uma opção de renda para trabalhadores livres empobrecidos que iam tentar a vida nas cidades.

## A pressão inglesa e o fim do tráfico

Desde o governo de D. João VI, havia o compromisso da abolição gradual do tráfico; como isso não ocorreu, os ingleses continuaram pressionando, condicionando o reconhecimento da independência brasileira ao comprometimento do país com o fim desse tipo de comércio.

Em 1831, o governo regencial aprovou uma lei proibindo o tráfico, mas ela não foi cumprida. Então, em 1845, o parlamento inglês votou a Bill Aberdeen, lei que tornava lícito o apresamento, pela marinha inglesa, de qualquer embarcação suspeita de tráfico, mesmo que esta se refugiasse em águas territoriais brasileiras. Diante disso, foi criada a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que abolia definitivamente o tráfico negreiro para o Brasil.

A tabela abaixo mostra o impacto que a Lei Eusébio de Queiroz teve sobre o tráfico de escravizados africanos para o Brasil. Perceba que eles são designados na tabela como "peças", o que denota o caráter de mercadoria a eles atribuído pelos traficantes.

ANOS	NÚMEROS DE ESCRAVIZADOS IMPORTADOS
1845	19 453 peças
1846	50 325 peças
1847	56 325 peças
1848	60 000 peças
1849	54 000 peças
1850	23 000 peças
1851	3 278 peças
1852	700 peças
1853	700 peças
1856	512 peças

Fonte: PINTO, Virgilio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX.  
In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**.  
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

No entanto, o fim do tráfico negreiro não representou o fim da escravidão. Ela continuou a ser alimentada pelo tráfico interno: grandes proprietários falidos do Nordeste passaram a vender escravizados africanos, nascidos no Brasil, para cafeicultores, sobretudo, do Vale do Paraíba.

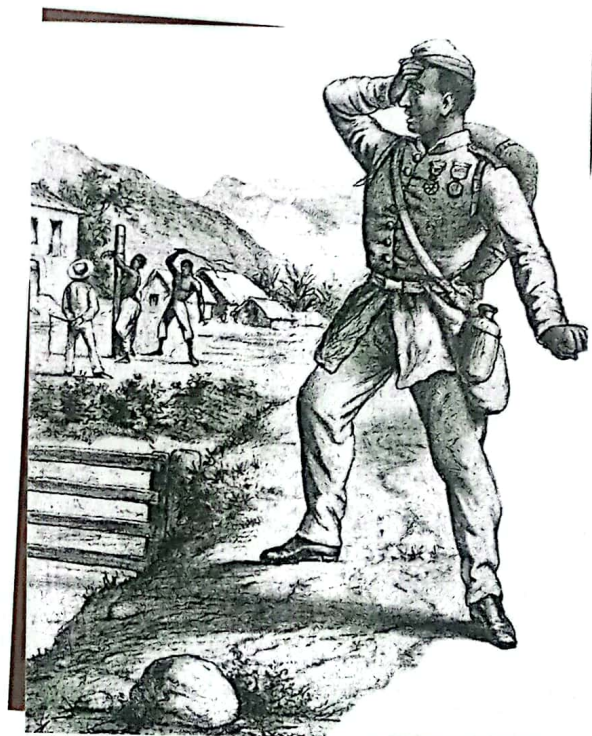
Nesse contexto, desenvolveu-se a segunda fase do processo de abolição da escravatura no Brasil, conhecida como a fase da campanha abolicionista, situada entre os anos de 1850 e 1888.

## •• O movimento e as leis abolicionistas

Os anos de 1870 a 1888 foram marcados, entre outras coisas, pela mobilização de intelectuais engajados na causa abolicionista. Suas ações promoveram o debate e motivaram a criação de clubes abolicionistas e manifestos em prol do fim da escravidão. Mas em que contexto aconteceu essa movimentação?

- O crescimento da economia brasileira, o início da industrialização e o crescimento das cidades propiciaram a expansão de setores médios (profissionais liberais, comerciantes, intelectuais e jornalistas). Parte desse setor passou a considerar a escravidão um sinônimo de atraso do Brasil com relação aos outros países.
- A pressão internacional de países como Estados Unidos e Inglaterra pela ampliação do trabalho livre, fato que aumentaria o mercado de consumidores brasileiros para os seus produtos.
- Fugas em massa realizadas na década de 1880, principalmente nos estados da Região Sudeste.
- A participação de escravizados brasileiros na Guerra do Paraguai (1864-1870), vencida pelo Brasil, Uruguai e Argentina, que formavam a Tríplice Aliança, contra o Paraguai. Muitos escravizados foram para os campos de batalha impulsionados pela promessa de serem alforriados caso as tropas brasileiras vencessem o conflito. Quando voltaram, nada havia mudado, conforme denuncia a charge do final do século XIX (ao lado). O Brasil venceu a Guerra do Paraguai, mas à custa de um grande número de baixas entre a população negra escravizada, fato que ampliou a crise do escravismo brasileiro.

Ao longo do século XIX, algumas províncias, usando de sua autonomia diante do governo central, aboliram definitivamente a escravidão, o que pressionou o poder Legislativo a criar leis nacionais antiescravistas. Estas leis, porém, aboliram de forma gradual, e não definitiva, a escravidão, prevendo indenizações aos proprietários.



AGOSTINI, Angelo. Revista *Semana Illustrada*. c. 1870

Charge denunciando a situação do soldado negro que, ao voltar da Guerra, se depara com sua mãe no tronco

- Lei do Ventre Livre ou Rio Branco (1871) – declarava livres os filhos de escravizados nascidos desta data em diante, ficando, entretanto, o filho escravo sob a tutela do fazendeiro proprietário de sua mãe, até que completasse 21 anos;
- Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe (1885) – concedia liberdade aos escravizados com mais de 60 anos, cujo número era bastante reduzido no Brasil.

Quando foi sancionada a Lei Áurea, em 1888, abolindo definitivamente a escravidão no Brasil, muitos africanos já viviam em liberdade. A Lei, no entanto, concedeu a eles o *status* de cidadãos.

Na prática, não foi bem assim. A liberdade, por si só, não foi suficiente para estender a cidadania de fato aos africanos e seus descendentes no Brasil. Eles não foram contemplados com políticas públicas de inserção como trabalhadores livres no mercado de trabalho. Sem outra alternativa, muitos acabaram voltando a trabalhar em fazendas ou se submetendo a subempregos nas cidades, ganhando salários menores que o dos brancos.

### PARA PESQUISAR

Os espaços também contam histórias e registram fatos do passado. Nomes de ruas, muitas vezes, se relacionam a eventos ou personalidades históricas. Por exemplo, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças, Luís Gama e Castro Alves são nomes que denominam ruas e praças de várias cidades do Brasil. Com base nisso, pesquise:

1. O evento aos quais esses nomes estão relacionados.
2. A história de um desses homens – escolha um deles e procure dados sobre sua vida e participação nesse período da história nacional.

Elabore um texto sobre o que você pesquisou e apresente-a para a turma. Se quiser, opte por outra forma de apresentar seu trabalho.

3. E hoje, mais de 100 anos após a abolição da escravatura, pode-se dizer que há igualdade de condições entre afrodescendentes e brancos no mercado de trabalho e no acesso à instrução no Brasil? Pesquise dados no *site* do IBGE (<<http://www.ibge.gov.br/home/>>) e do IPEA (<<http://www.ipea.gov.br/>>)

e debata com sua turma e o educador. Registre aqui suas conclusões.

---

---

---

---

---

## TEXTO E VIVÊNCIA

A escravização foi abolida do Brasil em 1888. Eventualmente, porém, são noticiados casos de trabalhadores mantidos em regime escravagista. Procure notícias que denunciam essa prática: Como ela é realizada hoje? Como as denúncias acontecem? Como são as punições para quem mantém trabalhadores em regime escravo? Traga-as para a sala de aula e organize grupos de discussão com os colegas.



## PARA LER

### DA MONARQUIA À REPÚBLICA: MOMENTOS DECISIVOS

**Autora:** Emília Viotti da Costa

**Editora:** UNESP

**Sinopse:** O livro descreve a passagem do modelo monárquico para o modelo republicano no Brasil, destacando aspectos como a escravidão, o mito da democracia racial, as divergências políticas do período, entre outras.

### AS BARBAS DO IMPERADOR: D. PEDRO II, UM MONARCA NOS TRÓPICOS

**Autora:** Lilian Moritz Schwarcz

**Editora:** Companhia das Letras

**Sinopse:** Livro que apresenta uma análise detalhada de D. Pedro II, sua formação, seu reinado e as mudanças decorridas do fim da Monarquia. Destaca-se a análise de imagens e representações do Imperador.

## •• A chegada dos imigrantes europeus

Na mesma época em que leis abolicionistas eram aprovadas, o governo imperial e autoridades provinciais passaram a incentivar a vinda de imigrantes de origem europeia para o Brasil. O Segundo Reinado foi marcado, assim, pela chegada de milhares de imigrantes europeus para o Brasil. Destes, a maioria era composta por italianos que se dirigiram, sobretudo, para o Sudeste – em especial, para o estado de São Paulo.

Mas não foram somente imigrantes italianos que vieram para o Brasil, e nem todos foram parar em São Paulo, nas lavouras de café. Inúmeras outras etnias aqui chegaram, e a realidade que as aguardava dependia da região a que se destinaram.

Acervo Iconographia



Desembarque de imigrantes europeus no Brasil, no início do século XX

Conheça alguns fatores – internos e externos – relacionados ao estabelecimento de grandes contingentes de imigrantes europeus no Brasil, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

### A propaganda imperial

Propagandas sobre as facilidades da imigração e sobre as vantagens econômicas e políticas a serem alcançadas por quem escolhesse o Brasil passaram a ser difundidas em países europeus, como se vê no texto a seguir, datado de 1884:

A boa qualidade das terras que lhe são distribuídas, os recursos que encontra para a venda dos seus produtos já nos caminhos que rodeiam o seu lote, já nas vizinhanças das povoações por onde passam as estradas gerais [...] tudo concorre para que o imigrante possa efetuar muito suavemente o resgate de sua dívida, obtendo o título que o eleva a dono absoluto do seu lote.

GUIA do imigrante para o Império do Brasil, 1884, citado por PETRONE, Maria T. S. **O imigrante e a pequena propriedade.** São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 55-56. Tudo é História.

Houve casos em que governadores de províncias, em associação com representantes de elites regionais, chegaram a financiar a vinda de imigrantes pagando a passagem e cobrando depois, em prestações, os custos da viagem.

Na segunda metade do século XIX, na Europa, surgiram teorias racistas (atualmente consideradas falhas e sem fundamento científico), que defendiam a superioridade da “raça branca” sobre as demais – as chamadas “raça amarela” e “raça negra”. Essas teorias teriam conquistado parte da intelectualidade brasileira no final do século XIX, incluindo aí o próprio imperador D. Pedro II, que via no “branqueamento” da população brasileira uma forma de acelerar o processo de sua “evolução biológica”.

Tal compreensão equivocada de evolução contribuiu ainda mais para a discriminação social e marginalização econômica do imenso contingente populacional de origem negra, lançado à sua própria sorte após a promulgação da Lei Áurea. O “branqueamento” da população brasileira era um projeto político relacionado, em parte, ao incentivo à vinda de imigrantes europeus. Mas esse não foi o único motivo pelo qual as autoridades passaram a estimular a vinda de imigrantes ao Brasil.

Entre os principais motivos que levaram a iniciativa privada, as autoridades imperiais e provinciais a incentivarem a vinda de imigrantes, podem-se destacar:

- forjar a valorização fundiária das terras consideradas inférteis, improdutivas e sem valor para as atividades predominantes (a cultura do café, do açúcar e do algodão);
- estabelecer pequenas propriedades produtoras de gênero de subsistência e manufaturas, para as quais a produção latifundiária não se prestava;
- criar uma camada intermediária entre trabalhadores escravizados e senhores. O elemento ideal para formar essa espécie de “classe média” seria o imigrante europeu, que deveria constituir-se no agente modernizador da economia brasileira, trazendo experiências agrícolas e de criação diferenciadas, além de técnicas artesanais novas;
- solucionar o problema da mão de obra, questão que prenunciava com a abolição do tráfico negreiro em 1850;
- [promover] o estabelecimento de núcleos coloniais em áreas limítrofes, especialmente na fronteira do Rio Grande do Sul, onde eram constantes

os conflitos com os espanhóis, e em áreas próximas a caminhos de escoamento da produção nacional, como os que ligavam o Sul ao Centro do país, por onde passavam tropeiros, guiando tropas gaúchas para São Paulo e Minas Gerais.

LOBO, Andréa Maria Carneiro; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **São José dos Pinhais**: uma história para ser ensinada. São José dos Pinhais: Artes Gráficas e Editora Amaro, 1996, p. 79-80.

## TEXTO E CONTEXTO

1. Em sua opinião, de que modo o estabelecimento de pequenos proprietários e colonos de origem imigrante poderia favorecer uma valorização fundiária?

---

---

---

---

---

2. O que significa a afirmação de que o estabelecimento de colônias imigrantes poderia resolver os problemas de subsistência no Brasil?

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Por que se acreditava que o imigrante europeu se converteria em elemento “modernizador” da economia brasileira?

---

---

---



## Os imigrantes se lançam rumo ao “Eldorado”

Se as autoridades imperiais e os grandes produtores tinham motivos para querer que imigrantes europeus viessem para o Brasil, do lado de lá do oceano também eram grandes as expectativas.

Na segunda metade do século XIX, alguns países encontravam-se mergulhados em profundas crises sociais ocasionadas por guerras civis, como a que aconteceu na Itália pela sua unificação, e pelo avanço da industrialização, que submetia cada vez mais parcelas da população camponesa a um processo de proletarização.

Ao chegar ao Brasil, porém, muitos tiveram que trabalhar quase de graça para fazendeiros de café por muito tempo até saldarem as despesas de sua viagem. Outros foram lançados pelas autoridades provinciais em regiões inóspitas, de difícil acesso e de solos pouco férteis. Sem apoio governamental, algumas colônias não resistiram.

### TEXTO E VIVÊNCIA

1. Você conhece algum descendente de imigrante europeu (italiano, polonês, alemão, ucraniano, entre outros) que mora na sua região? Entreviste-o, perguntando sobre alguns costumes trazidos por seus ancestrais (tradições, língua, religiosidade, culinária) e que ainda são preservados na família. Registre suas conclusões sob a forma de texto.  

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---
2. Relembre o que foi estudado nesta unidade elaborando, em uma folha avulsa, uma cruzadinha. Depois de criar as perguntas (usando “MONARQUIA” como palavra central – ou outra de sua preferência) troque sua cruzadinha com um colega. Será que ele consegue responder?

A convivência entre trabalhadores livres, estrangeiros, e donos de fazendas, trouxe à tona choques culturais e sociais, como explica, a seguir, o historiador Fernando Novais.

[...]

Desde o início, a incorporação de trabalhadores livres, estrangeiros, nas fazendas de café revelou-se problemática. Numa fazenda fluminense do litoral, denominada Martin de Sá e situada perto da divisa de São Paulo, os trabalhadores alemães, chegados havia pouco tempo de Hamburgo, rebelaram-se contra os maus tratos. O fazendeiro protestou, alegando que os imigrantes, 'luxuosamente vorazes, começaram a exigir maior soma de alimentos [...] pretendendo igualmente que o proprietário os tratasse com iguarias e bebidas alcoólicas'. Num universo rural cujas formas de revolta consistiam na fuga de escravos, ou no incêndio do canavial provocado pelo morador que o senhor de engenho expulsara, surge, de maneira organizada na Fazenda Martin de Sá, um fenômeno tão extravagantemente que nem tinha nome, o pacto rebelde dos colonos alemães tachado pelo fazendeiro de 'pacto de ociosidade': a greve de trabalhadores rurais. Hábitos alimentares europeus, fundados no costume milenar – duplamente milenar – do consumo de pão e, por vezes, para os portugueses e italianos, de vinho, podiam ser suprimidos de maneira brutal no isolamento das fazendas nas lonjuras do sertão. As 'bebidas alcoólicas' desejadas pelos alemães não seriam, por exemplo, a cachaça que rolava aos borbotões nos quatro cantos do território e costumava ser fornecida até como remédio aos escravos e moradores. Referiam-se a vinhos e cerveja, que a propaganda das casas importadoras nos jornais da corte, interessadas em aumentar o consumo desses produtos no Império, apresentava como bebidas do homem cidadão, bem instalado na vida. Presunto, queijo e manteiga afiguravam-se ao fazendeiro e à esmagadora maioria dos brasileiros como 'iguarias delicadas'. De novo, é preciso atentar para o contexto específico da época.

NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 300-301.